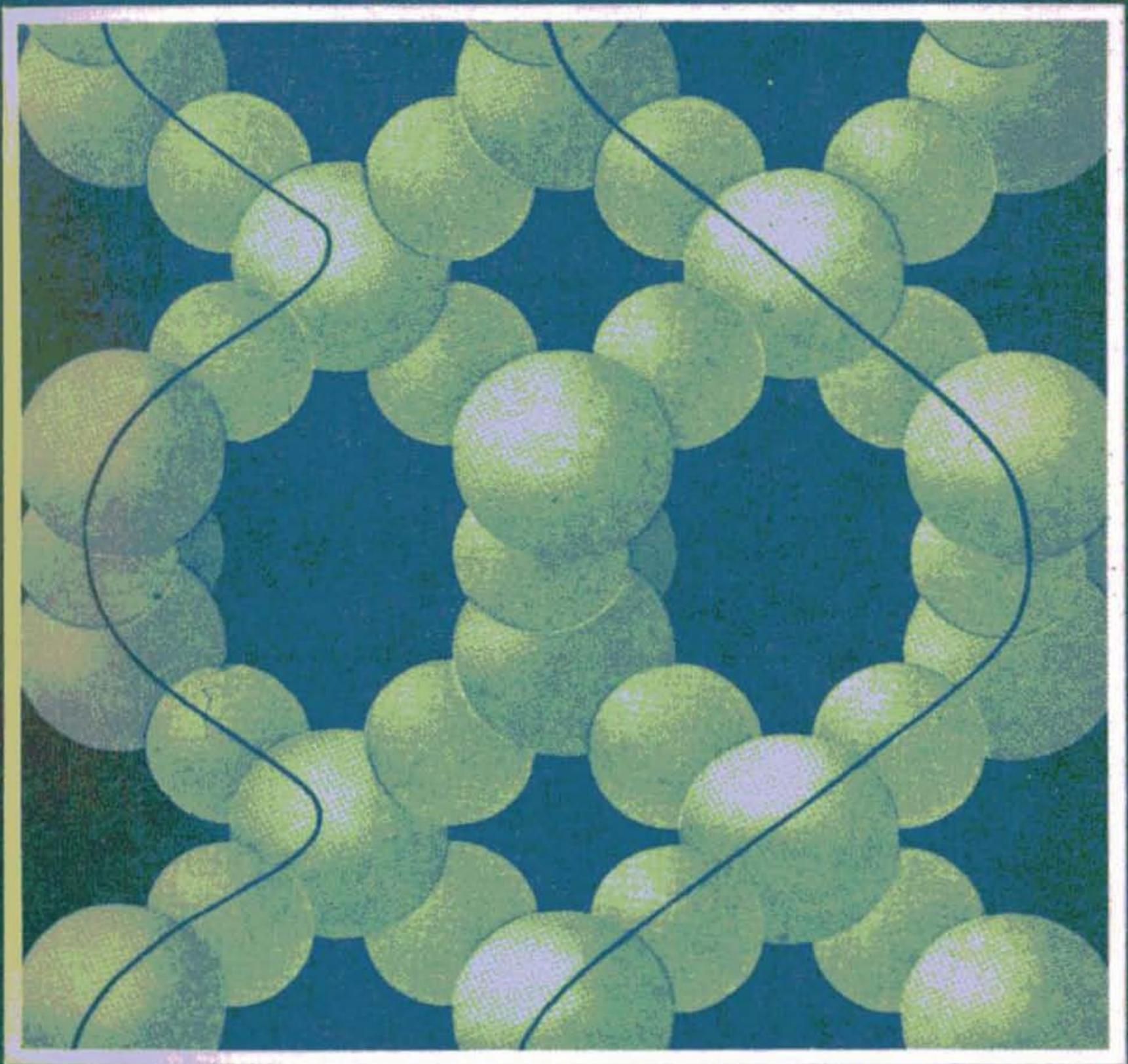


convergência

OUT — 1976 — ANO IX — Nº 96



- **XI ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA ELETIVA DA CRB**
Página 451
- **COMPROMISSO PERPÉTUO OU TEMPORÁRIO?**
Pe. J. B. Libânio, SJ — página 464
- **A HISTÓRIA DE ISRAEL,
FONTE INSPIRADORA DE REDENÇÃO E CONFIANÇA**
Frei Ludovico Garmus, OFM — página 481

CONVERGÊNCIA
revista da Conferência
dos Religiosos do Brasil

Diretor-Responsável:
Frei Constâncio Nogara, OFM

Redator-Responsável:
Padre Marcos de Lima, SDB

Direção, Redação, Administração:
Rua Dom Gerardo, 40 — 6.º andar
(ZC-05) — 20.000 RIO DE JANEIRO
— RJ

Assinaturas para 1976:

Brasil, taxa única (via terrestre ou aérea) Cr\$ 110,00
Exterior: marítima US\$ 17,00
aérea US\$ 25,00
Número avulso Cr\$ 11,00

Os artigos assinados são da responsabilidade pessoal de seus autores.

Composição: Compositora Helvética Ltda., rua Correia Vasques, 25
20.000 Rio de Janeiro — RJ

Impressão: Oficinas Gráficas da Editora VOZES Ltda., rua Frei Luís 100/ 25.600 Petrópolis — RJ.

Nossa Capa:

Close num processo de desintegração molecular. A força que une os átomos responde pela estrutura e pela organização do mundo das coisas. A coesão e a rigidez dos corpos sólidos são asseguradas pelas forças interatômicas. Se o átomo for radiativo tende a desintegrar-se para, ao longo de seu percurso, radiativar outros átomos em cadeia. Energia e movimento. **CONVERGÊNCIA** quer ser um átomo radiativo. Um convite para sobreviver melhor saindo do imobilismo. Um estímulo para a partida.



SUMÁRIO

EDITORIAL	449
●	
XI ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA ELETIVA DA CRB	451
●	
INFORME DA CRB	459
●	
COMPROMISSO PERPÉTUO OU TEMPORÁRIO?, Pe. J. B. Libânio, SJ	464
●	
SEMINÁRIO DE REFLEXÃO SOBRE O PROBLEMA DEMOGRÁFICO HOJE, Ir. Irandy Vidal Bastos, MJC	477
●	
A HISTÓRIA DE ISRAEL, FONTE INSPIRADORA DE REDENÇÃO E CONFIANÇA, Fr. Ludovico Garmus, OFM	481
●	
OS JESUITAS E O MOVIMENTO BRASILEIRO DE REFORMA NO SÉCULO XIX, Riolando Azzi ...	491
●	
LIVROS NOVOS para você ler ..	506

EDITORIAL

O homem atual, versátil, consumista e sujeito ao curso dos fenômenos cambiantes, duvida seja razoável o engajar-se com uma promessa definitiva. Prefere as opções provisórias. A Vida Religiosa, sinal do Absoluto no provisório da História, foge ao esquema do homem secularizado. É na tessitura da História, feita de mudanças, incertezas e instabilidade, que os votos perpétuos não desprezam mas relativizam todos os bens: o ter, o poder, o saber.

Os votos balizam a opção radical na provisoriedade. Respondem com a entrega definitiva da vida, aos apelos do Reino no enredo humano. Mas sempre será difícil manter o compromisso na passagem do tempo, com a esperança escatológica! Viver na ambigüidade do "já" e do "ainda não". Buscar a Terra Prometida, a Jerusalém Celeste, desinstalando-se, aceitando a insegurança da caminhada.

Os artigos desse número convergem na tentativa de melhor descobrir a dialética do provisório e do definitivo, na renovação incessante da vida religiosa.

Compromissos temporários e perpétuos

É viável distinguir os votos numa dimensão de temporalie-

dade? Como salvar a liberdade no "gesto oblato dos votos"? Quando, uma personalidade é suficientemente madura para um compromisso definitivo? O que pensar dos jovens cada vez mais avessos a engajar a vida inteira numa decisão irrevogável ou das deserções numerosas após os votos perpétuos?

Novos posicionamentos da Psicologia parecem questionar a liberdade na opção definitiva. Impulsos neuróticos, em níveis inconscientes, abalariam a estrutura da personalidade responsável e, com ela, a certeza do compromisso?

Pe. J. B. Libânio, SJ, procura responder à essa angústia existencial da formação hoje. O sentido definitivo da consagração a Deus é iluminado pela fé. Não é apenas um exercício autêntico da liberdade, mas expressa a sua profunda essência. O amor preside a entrega total de si. No amor, o tempo não conta. O amor intenciona e tensiona o eterno. Na sua profundidade última, a liberdade anseia por um compromisso perpétuo, mas as tensões históricas podem impedir seu pleno desabrochar em Deus. Cristo faz a unidade profunda entre o provisório e o definitivo. No mistério da Igreja, a Vida Religiosa mediatiza o sentido irrevogável dos votos, apesar das fraquezas humanas.

Exílio de Israel: Renovação da fidelidade

Frei Ludovico Garmus, OFM, relaciona o exílio à renovação da fé para o Povo de Deus. As crises despertam a fidelidade e confiança no Senhor. Israel não deveria inebriar-se com triunfos provisórios, com a glória de Jerusalém e do Templo. O absoluto de sua História era sempre a Aliança com o Senhor e não as tradições nacionais.

As crises da Vida Religiosa, seus fracassos e decepções, as dúvidas quanto ao seu futuro não se originariam de nosso apego ao transitório, do medo ao definitivo?

Os Jesuítas e os bispos reformadores

Riolando Azzi historia a presença dos jesuítas no Brasil durante a época imperial. Como outras congregações, eles prestaram mão forte aos bispos reformadores. Sofreram ainda forte resistência dos maçons e liberais imbuídos do espírito anti-jesuítico, mas contribuíram de modo positivo para formar uma nova visão de Igreja.

Os fatos históricos, vistos à distância e comuns às origens de tantas congregações em nossa terra, podem ser iluminativos nesta hora de renovação da Vida Religiosa. Também hoje estreita-se mais e mais a comunhão dos carismas na e com a

Igreja local. Os historiadores futuros serão gratos, certamente, às pesquisas de nosso fiel articulista. E, no bojo dos acontecimentos passageiros que nos desafiam, nós também vamos purificando nosso compromisso irreversível com o Senhor da História.

● **O seminário de reflexão sobre o problema demográfico hoje**, foi mais uma feliz iniciativa da CRB. As informações precisas e claras da Ir. Maria José Torres, revelam quão importante é o assunto e quão oportuno o seu trato aqui e agora. No Brasil há pressões internas e externas para encaminhar a planificação familiar numa linha pragmático-materialista. Os pontos de vista de ordem moral, quando e se levados em conta, ficam em segundo plano. Em boa hora, pois, o Seminário alerta a consciência crítica dos religiosos. Aprimorados os conhecimentos profissionais e o preparo psíquico-humano, a consagração virginal deve ser mais presença evangélica nos conflitos e angústias do problema, principalmente junto às populações carentes.

● **Construímos com Cristo a História**. Nessa perspectiva CONVERGÊNCIA deseja levar aos leitores novo alento para acolherem a Palavra do Senhor, viverem sua Ressurreição e renovarem o empenho definitivo no compromisso radical do amor.

Pe. Antônio Clayton Sant'Anna, CSSR

CRB - 1977

**XI ASSEMBLÉIA GERAL
ORDINÁRIA ELETIVA**

Esta publicação n.º 3 é o prosseguimento do que Você encontrou em **CONVERGÊNCIA** n.º 93, junho de 1976, páginas 264-267 e n.º 94, julho/agosto de 1976, páginas 323-335.

ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO

**CRB — XI AGO — 1977
DP-09 / QR-03**

Segunda Fase. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO: BRASIL—PAÍS/NAÇÃO

NB ➤ O presente roteiro corresponde basicamente ao da Primeira Fase: Informação. Ver DP 03 — DP 04/QR-01.

*** ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO SETORIAL**

1. DIMENSÃO POLÍTICA

**** Interna**

- 1.1. Fundo ideológico — (Onde foi elaborado: Objetivos-Estratégias e meios de ação).
- 1.2. Nível político de informação (Canais Informativos-Liberdade de expressão-Restrições e estrangulamentos).
- 1.3. Funcionamento dos três poderes e delimitação de suas atribuições. Causas estruturais e/ou conjunturais da predominância do Executivo.

- 1.4. Participação subsidiária na vida política do país.
 - 1.4.1. Nível de consciência política do povo.
 - 1.4.2. Nível de consenso da nação.
 - 1.4.3. Significado e alcance político das eleições.
 - 1.4.4. Significação e atuação dos órgãos representativos: Partidos políticos, Sindicatos, Diretórios, outras Agremiações.
 - 1.4.5. Significado do poder político de controle social.
 - 1.4.6. Significado político dos instrumentos legais de exceção.
- 1.5. Como é vista a Igreja pelo Poder Político e sua ação em relação a ela.

**** Externa**

- 1.6. Grau de soberania e autonomia política do país.
- 1.7. Índole e tendências do relacionamento externo do Brasil.
 - 1.7.1. Com as super-potências.
 - 1.7.2. Com os diversos blocos:
 - Nações desenvolvidas do mundo capitalista.
 - Nações do mundo socialista.
 - Nações em desenvolvimento.
 - Nações do hemisfério e da América Latina.
 - Nações que surgem agora.

2. DIMENSÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

- 2.1. Linhas de força do modelo econômico (Continuidade, variações, estrangulamentos, rupturas).
- 2.2. Elementos setoriais positivos — Intuições válidas.
- 2.3. Elementos setoriais negativos — Falhas fundamentais.
- 2.4. Condicionamentos históricos, estruturais, conjunturais.
- 2.5. Conflitos e impasses, latentes e patentes.
- 2.6. Índole e qualidade do desenvolvimento propugnado.
 - Custos sociais e humanos do desenvolvimento.
 - Percentual efetivo de população beneficiada.
 - Nível e características da concentração e/ou distribuição de recursos e rendas.

3. DIMENSÃO SOCIAL

- 3.1. Enfoque de fundo na política social global do país. Elementos positivos e negativos.
- 2.2. Carências e deficiências crônicas no fenômeno social brasileiro. Evolução histórica. Estágio atual.
 - Causas e conseqüências da marginalização.
 - Qualidade de vida em níveis fundamentais: alimentação, habitação, transporte, educação, saúde.
- 2.3. Interrelação das dimensões econômica e social. Critérios na condução da política global do modelo.
- 2.4. Perspectivas e orientações divergentes.

4. DIMENSÃO CULTURAL

- 4.1. Constantes da evolução cultural do Brasil em sua história.
- 4.2. Características do estágio cultural atual.
- 4.3. Avaliação da cultura brasileira hoje em suas manifestações.
 - Originalidade e vinculação à raiz popular.
 - Criatividade — Dependência e mimetismo — Condicionamentos.
 - Potenciamento e/ou perda de valores próprios.
- 4.4. Instrumental de operacionalização da cultura.
 - Os grandes meios de comunicação (Ver SM-02).
 - Educação. O projeto de educação, em seus diversos níveis, se caracteriza por uma função:
 - repetitivo-transmissora;
 - técnico-profissionalizante;
 - sistêmica (expressão e reforço do modelo);
 - crítico-criadora?
- 4.5. Concepção de HOMEM e de SOCIEDADE subjacente às expressões culturais do Brasil atual.
- 4.6. Concepção de HOMEM e de SOCIEDADE subjacente às tendências do sistema educativo no contexto do modelo global.

* ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO GLOBAL

1. Tentar uma avaliação global do MODELO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO, que orienta e norma em muito a atual realidade do país nas dimensões acima mencionadas e no seu todo, sobretudo em função do HOMEM.
2. Confronte esta concepção global com o que lhe parece ser a concepção de HOMEM no Evangelho. Convergências, divergências.
3. Valores subjacentes. Carências e limitações específicas. Em que medida tocam ou afetam elementos evangélicos fundamentais.

CRB — XI AGO — 1977 SEPARATA DE CONVERGÊNCIA

Todo o material de preparação, pedido pelas Províncias, será veiculado através de CONVERGÊNCIA. Veja em 1976 os números de Junho, Julho/Agosto, Outubro, Novembro e Dezembro. Para facilitar o trabalho, fizemos **SEPARATAS** dos roteiros. Cada Província pode adquirí-los. Poupa-se ter que multiplicá-los para suas casas e pessoas.

Encomende-os em sua Regional da CRB ou na CRB Nacional. Tiramos apenas 3.000 cópias. Receberá quem pedir primeiro.

PREÇO DA UNIDADE: Cr\$ 4,00

Segunda Fase. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO: IGREJA NESTE PAÍS

NB ➤ O presente roteiro corresponde basicamente ao da Primeira Fase: Informação. Ver DP 07 — DP 08/QR-02.

*** ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO SETORIAL****1. DIMENSÃO HISTÓRICA**

- 1.1. Em função da realidade de País e de Igreja no Brasil atual, avalie o processo de formação eclesial da Igreja em nossa e sua história.
- 1.2. Elementos efetivos na formação eclesial no Brasil que marcaram a fisionomia do nosso povo.
 - Aspectos positivos a serem preservados.
 - Aspectos positivos epocais sem continuidade.
 - Aspectos negativos a serem corrigidos ou eliminados.
- 1.3. Elementos da fisionomia de nosso povo que marcaram a formação e configuração de nossa Igreja.
- 1.4. Traços do relacionamento Igreja-Poder ao longo das diversas fases de nossa História.

2. DIMENSÃO DE EVANGELIZAÇÃO

- 2.1. Avalie a capacidade evangelizadora efetiva da Igreja no Brasil atual.
- 2.2. Avalie o processo concreto de evangelização do nosso povo pela Igreja no Brasil.
- 2.3. Valores populares brasileiros assumidos e/ou rejeitados pela Igreja institucional no processo de evangelização.

3. DIMENSÃO INSTITUCIONAL E DE ORGANIZAÇÃO

- 3.1. Em que medida a diversidade das vocações apostólicas no povo de Deus no Brasil está representada na elaboração e avaliação dos nossos Planos de Pastoral de Conjunto e/ou de Pastoral Orgânica.
- 3.2. Em que medida uma sólida informação de realidade é determinante na fixação das prioridades de evangelização de modo a que respondam aos apelos e necessidades concretas.
- 3.3. Qual é a eficácia evangelizadora da atual organização territorial da Igreja.
- 3.4. Qual o papel apostólico e alcance evangelizador dos movimentos e grupos informais ou institucionais na Igreja (MFC, Cursilho, etc.).
- 3.5. Que valores suscita e que problemas levanta a existência e configuração das Comunidades Eclesiais de Base.

4. DIMENSÃO DE PRESENÇA ECLESIAL

4.1. Dimensão universal.

- 4.1.1. Em que medida o espírito do Vaticano II está presente na Igreja do Brasil.
- 4.1.2. Em que medida a mensagem de Medellín, foi acolhida e traduzida na Igreja do Brasil.
- 4.1.3. Elementos que facilitam e/ou dificultam a integração em unidade e comunhão entre a Igreja Universal e a Igreja no Brasil e na América Latina em tão diversas situações.
- 4.1.4. Procure caracterizar a unidade da Igreja no Brasil.
- 4.1.5. Até que ponto a vida do povo de Deus na Igreja do Brasil é refletida na teologia, correspondida na pastoral e expressa na liturgia.
- 4.1.6. Individue algumas opções pastorais mais originais da Igreja no Brasil e caracterize os principais valores que suscitam e/ou tensões que acarretam.

4.2. Dimensão ecumênica da Igreja.

- 4.2.1. O diálogo ecumênico está sendo feito a partir de uma reflexão teológica ou de uma perspectiva social comum.
- 4.2.2. Principais benefícios do diálogo ecumênico. Pontos de estrangulamento.
- 4.2.3. Em que medida o processo de evolução e desenvolvimento material, marcado sobretudo pelo consumo, vai conduzindo a um ateísmo prático (perda dos valores morais e transcendentais da existência).
- 4.2.4. Até que ponto a proliferação do espiritismo e dos ritos afro-brasileiros está relacionada com lacunas de evangelização e/ou carências específicas da atual realidade do Brasil.

4.3. Dimensão de presença da Igreja no mundo.

- 4.3.1. Que fatores evangélicos, culturais, sociais e políticos têm levado a Igreja a uma presença maior frente aos problemas sócio-político-econômicos do mundo.
- 4.3.2. Qual é o seu grau real de competência neste campo e como se proporciona ela a esta tarefa?
- 4.3.3. Como compreender o caráter divino e transcendente da Igreja e suas posições e ações concretas no campo sócio-político.
- 4.3.4. Até que ponto a Igreja compreende e valoriza a vocação apostólica do leigo e nele confia como agente evangelizador das estruturas temporais do mundo.

5. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO GLOBAL

1. Quais as características mais válidas da Igreja atual no Brasil.

2. Avalie a contribuição real da Igreja para o crescimento e promoção integral do homem brasileiro.
3. Avalie a contribuição real da Igreja para a superação efetiva das carências crônicas do povo e da sociedade no Brasil.
4. Individue algumas lacunas e omissões maiores na presença da Igreja na realidade do Brasil atual.
5. Avalie a presença específica da Igreja como expressão significativa e inteligível de realidades transcendentais.
6. Principais valores evangélicos efetivamente propugnados pela Igreja hoje e basicamente contrastantes com a sociedade e/ou realidade global do mundo, do país e do povo atualmente.
7. Em base ao seu conhecimento e informação, defina ou descreva a concepção e imagem que da Igreja tem o povo no Brasil atual. Se necessário categorize o povo e analise a diversidade respectiva das várias imagens.

Segunda Fase. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO: AS FONTES. — SUBSÍDIOS METODOLÓGICOS (SM-02)

1. QUESTÃO PRELIMINAR: ESCOLHA DAS FONTES

1.1. Considerações Gerais

- 1.1.1. É fundamental numa análise crítica saber o lugar hermenêutico (enfoque, interesses, valores) em que se situam as informações e o lugar em que você se colocou para analisá-las.
- 1.1.2. Para isto, faz-se mister estudar as tendências das fontes informativas, das próprias informações, e, finalmente, elaborar seus critérios de análise a partir de sua opção por uma perspectiva.

1.2. Perguntas importantes de caráter geral

- 1.2.1. Quais os motivos e critérios (religiosos, políticos, sociológicos, psicológicos, econômicos, etc.) da seleção de sua área de interesse?
- 1.2.2. Por que você escolheu estas FONTES DE INFORMAÇÃO? Por que descartou outras fontes?

2. A TENDÊNCIA DAS FONTES

2.1. Observação Prévia

Por mais que nos tenhamos preocupado na primeira fase em distinguir a informação da sua interpretação pela mesma fonte informativa, é bom lembrar que não existe um dado puro. Por isso, devemos dedicar-nos agora propriamente à FONTE DE INFORMAÇÃO (DP 06/SM 01).

2.2. Fontes

- 2.2.1. **PESSOAS:** Quem são? Sua autoridade no assunto. Enfoque e tendências pessoais. Representam uma Instituição? Que posição ocupam nela? Finalidades e tendências da instituição?
- 2.2.2. **JORNAIS E REVISTAS:** Seus compromissos explícitos frente ao que ora informam? Seu compromisso de fundo com a situação abrangente da qual é parte o fato informado. Natureza dos artigos. Se de responsabilidade do próprio órgão informativo. Propõem-se ser científicos, informativos, sensacionalísticos, de propaganda, etc.? A que grupos de interesses estão ligados?
- 2.2.3. **TV E RÁDIO:** Seus compromissos explícitos frente ao que informam. Seus compromissos de fundo com a situação total da qual é parte o fato informado. Se os programas são pagos, quem os paga? Natureza desses programas? Sua posição frente a toda a situação? São de responsabilidade do próprio órgão informativo? São científicos, informativos, sensacionalísticos, de propaganda, etc.? Qual o seu grau de independência? Adequação do conteúdo à necessidade do povo. Analise e avalie os programas que mais se destacam. Qual a ideologia e criteriologia. Selecione alguns programas de maior audiência e os analise assim subjacente à produção das novelas de nossa televisão?

NB ➤ Ter presente o caráter comercial de nossos órgãos informativos. Isto pode levar a artigos, programas, etc. tão somente em vista do aumento de audiências. Importante observar seu caráter seletivo: O que informam? O que deixam de informar? Como informam? Como comentam?

- 2.2.4. **REVISTA ESPECIALIZADA:** A que grupo está filiada? Sua natureza ideológica, seu nível científico ou informativo, sua posição diante da conjuntura político-econômica do país? Gabarito do autor dos artigos? Temas e assuntos de que trata?
- 2.2.5. **LIVROS:** Competência do autor? Ligado a alguma instituição? Finalidade e situação dessa instituição? Natureza do livro: científico, divulgação, best-seller, de consumo, etc? Aborda seriamente os temas? Referências bibliográficas?
- 2.2.6. **MÚSICA** — Que tipo de música é lançada? Qual a concepção de fundo e/ou raiz ideológica de suas letras? Qual o impacto das músicas sobre a consciência popular?
- 2.2.7. **CINEMA** — Como caracterizar a produção cinematográfica nacional atualmente? Temas predominantes na produção? Temas predominantes na absorção pelo público seja do cinema nacional ou importado. Nível de contribuição cultural do cinema.
- 2.2.8. **TEATRO** — Como caracterizar a produção teatral nacional atualmente? Temas predominantes. Nível e índole do público que o frequenta. Contribuição cultural do teatro.

OBSERVAÇÃO: Os órgãos de informação assumem sempre explícita ou implícitamente posições ideológicas; têm um lugar ideológico; falam sempre a partir de um grupo econômico, de uma classe social, de um partido, etc.; podem dirigir-se a si mesmo e/ou a grupos mais ou menos fechados.

Importante captar a distinção destes lugares e como cada um deles determina as características dos artigos, programas, etc.; se os objetivos são justificativos ou críticos, ou incentivadores... Importante ver o tipo de linguagem usada e aprimorar nossa capacidade de perceber a tendência das fontes.

3. PREOCUPAÇÃO COM AS INFORMAÇÕES

3.1. **Divergências e convergências das informações:** Pode haver diferenças nas informações e interpretações sobre o mesmo fato. É importante percebê-las e buscar-lhe as causas.

3.2. O confronto crítico das diversas versões ou interpretações de um mesmo tema ou fato pelas várias fontes, explicita a índole da fonte.

3.3. A convergência de dados, em fontes ideologicamente distintas, serve de critérios para maior validade e objetividade da informação.

3.4. Ver como as dimensões política, econômico-financeira, social, cultural e religiosa se superpõem, se completam, se relacionam numa linha de causa-efeito. A dosagem destas dimensões explica e condiciona muito o tipo da informação.

4. CONCLUSÃO

4.1. Tendo presente tudo isto, procure um quadro global, uma linha de fundo, na qual possa situar e organizar as suas informações. Só então você tem condições de interpretação.

4.2. Pergunte-se, porém, quais os valores e ideologias determinantes do seu próprio quadro global. Você estará se explicitando e interpretando também.

INFORME

CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL

**ASSEMBLÉIA GERAL
ORDINÁRIA ELETIVA
JULHO — 1977**

Muita correspondência tem chegado à CRB-NACIONAL dando ciência, notificando e registrando as reações das 688 Províncias Religiosas ao tema da XI Assembléia Geral Ordinária Eletiva da Conferência dos Religiosos do Brasil, em julho de 1977. Muitas cartas afirmam ter sido feliz a escolha do Tema Central. Não poucas revelam mesmo entusiasmo.

◆ É muito oportuno, válido e estamos de acordo com tudo, mas é um pouco amplo. Precisaríamos de alguns roteiros para o trabalho. Gostaríamos de sugestões concretas para poder orientar mais de perto a caminhada da inserção na realidade; para avaliar a índole e a qualidade da presença dos RELIGIOSOS no contexto do Brasil hoje e chegar a novas perspectivas de ação.

◆ AINDA PRECISAMOS, no levantamento dos aspectos da realidade, que se tenha presente como é difícil conseguir um conhecimento global, com a participação e contribuição dos religio-

sos apenas. Como chegar efetivamente a detectar as prioridades verdadeiras e a estabelecê-las, que também não podem ser as mesmas para todos? Por isso objetivos comuns mais aplicáveis às diferenças regionais.

◆ Desejamos que se chegue a precisar o que deve ser mudado em nós religiosos para dar testemunho do que somos e fazer presente nossa atividade de libertação do pobre. Não esquecer de estender a pesquisa também ao povo, sujeito concreto de colaboração com os Religiosos. Que não se preocupem de estabelecer uma série de conclusões ou metas a serem seguidas posteriormente. Tentar já na preparação, partir para um resultado positivo, concreto e bem possível de ser vivenciado.

E as cartas continuam

◆ Refletimos com o Conselho Provincial sobre a oportunidade do tema proposto. Houve unanimidade em reconhecer-lhe a oportunidade. Achamos, no entanto, o tema bastante amplo. Se não houver roteiros que facilitem um enfoque no essencial, corre-se o risco de uma dispersão pouco significativa. Sugerimos então que estes roteiros se-

jam fornecidos pela Comissão Central para evitar a dispersão acima aludida. A dinâmica proposta pareceu-nos apropriada. Quanto à dinâmica de realização achamos indispensável uma breve exposição de alguns especialistas para fornecer as pistas de reflexão dos grupos de trabalho (isto na AGO). Vamos tratar na próxima reunião do Conselho Provincial da constituição de um pequeno grupo de trabalho.

◆ **Com muito interesse procuramos envolver nossas irmãs nesta fase de preparação da XI AGO, pois as preocupações da CRB vêm ao encontro das nossas que, no momento, preparamos o Capítulo Geral Congregacional. Que o trabalho de Vocês — válido e urgente — e que também é nosso, muito nosso, contribua eficazmente para esta porção do Reino de Deus, que é a nossa simpática gente brasileira.**

◆ **Muito importante a constatação “com a intenção de ponderar e avaliar criticamente a nós mesmos neste contexto... Um questionamento a nós mesmos... Uma tomada de posição sobre nós mesmos”. Enquanto não tivermos a coragem de agirmos assim, continuaremos a falar muito e a ser pouco. Vimos também que será uma seqüência vivenciada ao tema da última Assembléia. Concretizamos bem os diversos assuntos nela refletidos.**

◆ **Estamos rezando para que o Espírito Santo encontre em nós religiosos um coração atento e disposto a um compromisso cada vez mais sério e profundo com a Igreja e a missão que ela tem no Brasil. Estamos tentando um processo de estudo e reflexão que comprometa todos os membros dos Governos e Irmãs em geral, e, possível-**

mente, entrosaremos com outras Congregações, aproveitando o material fornecido pela CRB-NACIONAL, que está ótimo.

◆ **Creio que para nós veio num momento oportuníssimo o estudo deste tema, pois empreendemos novo estudo de nossas Constituições. Isto nos força a um aprofundamento muito sério sobre a vida religiosa e seu caráter apostólico. Impõe, portanto, maior conhecimento da realidade brasileira à luz das exigências evangélicas hoje. Que em todo este ano que nos separa da XI AGO se organizem, em diferentes pontos do país, pequenos cursos intensivos ou programações de estudos e reflexões sobre a realidade brasileira.**

◆ **Sentimos tanta riqueza na proposição que não temos nenhuma sugestão a dar, a não ser fazer votos de que realmente possa haver suficiente corresponsabilidade e tempo para que tudo se realize.**

◆ **Agradeço a oportunidade que me oferece de poder manifestar meu parecer em tão importante assunto e peço a Deus que continue abençoando os trabalhos em favor de todos os religiosos do Brasil.**

◆ **Já comunicamos a todas as Irmãs da Província o tema da XI AGO e a necessidade de nos atualizarmos no assunto. Estamos rezando por esse Encontro e para que a CRB continue dando-nos o melhor como o tem feito até agora. Agradecemos a confiança que a CRB deposita nos seus Religiosos. Estamos contentes de concordarmos com a linha geral da Assembléia e desde já acompanhamos sua preparação com a colaboração prometida e com muitas orações.**

Das Regionais

As cartas já concretizam a ação: Encontro Inter-Regional. "Partimos da apresentação da realidade geográfica e sócio-econômica de cada Regional. É claro, em linhas sumárias. Depois olhamos a presença da Vida Religiosa nela, quer dizer, onde estão os Religiosos e as Religiosas e para quem estão trabalhando, em que setores. Várias Regionais trouxeram lindos cartazes que vão servir de novo para a Assembléia Regional e a Nacional. Em seguida, consideramos, ponto por ponto, todas as formas de organização e de atividade de cada Regional: Diretoria, Secretariado, Assembléia, atividade da CRB para com os Superiores Maiores, a formação, as Pequenas Comunidades, os setores de Saúde, Educação, Promoção Humana, Vocações, Oração e, de modo especial, Interiorização. Não foi uma seca apresentação de coisas feitas ou a fazer. Foi muito mais: uma colocação em comum de problemas, dificuldades e esperanças".

Uma sugestão

Como tema: **Inserção** do religioso na realidade. Seria preferível: **Intervenção** do religioso na realidade (objetivo comum). A **inserção** é uma etapa para se chegar ao conhecimento. O conhecimento não é para inserir e sim para agir, para Intervir. Somente o Intervir justifica o conhecimento. Para o conhecimento não basta a teoria (conhecimento de fora e simples tomada de consciência), há necessidade de: **Inserção** (conhecimento de dentro), **Inserção crítica** (para análise da realidade estabelecendo uma relação sujeito-objeto). A **Inserção crítica** leva ao **diagnóstico** e

este à **Intervenção**, isto é, **determinação das prioridades, planejamento, execução** e finalmente à **avaliação**.

Prioridade: a) Levar as Regionais a darem os passos imprescindíveis ao processo de intervenção na realidade, detectando suas próprias prioridades e determinando seu projeto. b) Confrontar as diferentes realidades e determinar **objetivos** que não significam **planos comuns**.

Dinâmica: a) Não só indicar cursos, folhetos e publicar em **CONVERGÊNCIA** artigos e reflexões sobre o tema, mas motivar todas as Regionais para a coesão, solidariedade, união, desenvolvimento de consciência crítica e do espírito de justiça. b) Partindo de cada realidade, motivar cada Regional para desde logo ir intervindo numa pequena área e nela experimentar este processo de conscientizar, mobilizar e intervir naquela realidade, para depois apresentá-la à avaliação da Assembléia.

IRMÃS CATEQUISTAS FRANCISCANAS

A Congregação das Irmãs Catequistas Franciscanas completa neste ano 60 anos de fundação e de trabalhos apostólicos. A Congregação foi fundada em 1916, em Rodeio, Santa Catarina, e teve desde o início uma finalidade acentuadamente catequética e missionária. Hoje são mais de 500 irmãs que se preparam para o **XV Capítulo Geral** neste mês de outubro. O Capítulo as-

sumiu como lema de todos os trabalhos a frase: "Cada Irmã Catequista e cada comunidade seja uma fonte e um grupo-fonte que irradie a mensagem do Evangelho no mundo em que vive".

UM PRIMEIRO ANÚNCIO

"O aprofundamento de nossa identidade: MISSIONÁRIA DE JESUS CRUCIFICADO, centro da inspiração do espírito dos Fundadores (carisma, espírito, espiritualidade) e a clarificação de nossa missão hoje, são a grande meta do VIII Capítulo Geral da Congregação". Com esta motivação, a **Congregação das Missionárias de Jesus Crucificado** já se encontra em estado de Capítulo, como um grande retiro da Congregação, um acelerar no processo de conversão. A Assembléia Geral Eletiva estará reunida de 15 de janeiro a 5 de fevereiro de 1977. É o tempo de DECISÕES onde serão colhidos os frutos da etapa de preparação. Convocado pela Superiora Geral, Madre Maria Aparecida Guimarães, o VIII Capítulo Geral se realizará em São Paulo, na Casa Nossa Senhora das Dores.

FORMADORES DE CANDIDATOS

Reitores de Seminários Maiores, Diretores Espirituais, Professores de Filosofia e Teologia, Coordenadores Vocacionais e Assessores da CNBB participaram, de 22 a 25 de julho de 1976, no Rio de Janeiro, de um Encontro Nacional de Formadores de Candidatos ao Presbiterato, no qual foram debatidos todos os aspectos desta formação: pastoral, intelectual e espiritual. No fi-

nal do Encontro, os 37 participantes destacaram como um dos objetivos dos Seminários do Brasil a formação de presbíteros integrados na vida do povo e capazes de ajudarem os cristãos a descobrir sua missão na Comunidade Eclesial e no Mundo.

Manifestaram, ainda, o desejo de que se criem meios e oportunidades para a formação e atualização dos professores de filosofia e teologia, bem como se estude uma revisão do atual currículo dos Seminários, para que a formação sacerdotal não distancie os jovens da cultura de seu povo e neles alimente uma profunda espiritualidade de serviço. Enfatizou-se também a necessidade de serviço, de se levar em conta a formação pastoral dos futuros presbíteros, as Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil e de cada Igreja Particular.

REUNIÃO CELAM-CLAR

As Presidências do CELAM (Conselho Episcopal Latino-Americano e da CLAR Conferência Latino-Americana de Religiosos) reuniram-se em Bogotá, na sede do CELAM, nos dias 28 e 29 de junho de 1976. Representaram o CELAM: o Cardeal Aloísio Lorscheider, OFM, Presidente; Dom Luís Manresa, SJ, Vice-Presidente; Dom Alfonso López Trujillo, Secretário Geral. Pela CLAR estavam presentes: Pe. Carlos Palmés, SJ, Presidente; Irmã Hermengarda Alves Martins, RSCJ, Vice-Presidente; Pe. Mateus Perdíá, CP, Vice-Presidente; Frei Luís Patiño, OFM, Secretário Geral. A reunião teve duplo objetivo: 1.º) Estreitar as relações pessoais entre os mem-

bro de ambas as presidências. **2.º)** Buscar pontos de coincidência e de complementação para melhor coordenar as atividades.

Ambos os objetivos foram alcançados num ambiente de serena cordialidade que possibilitou aprofundar, dentro do limitado espaço de tempo, temas importantes como estes: **1.º)** Novas perspectivas eclesiológicas depois do Vaticano II como ponto de partida para orientar a atuação da hierarquia e dos religiosos hoje. **2.º)** Profetismo próprio do bispo e profetismo próprio do religioso, ambos integrados no mesmo marco doutrinário. **3.º)** Perigo do chamado "magistério paralelo". Necessidade de que o

religioso tenha na Igreja uma palavra que lhe seja própria, expressão de sua fidelidade ao Senhor. **4.º)** Compromisso do religioso com os pobres no contexto sociológico da América Latina.

Resultado da reunião foi um passo a mais na confiança e na fraternidade das pessoas que presidem ao CELAM e à CLAR e a complementação de pontos de vista que somente serão iluminados mutuamente. Ficou decidido: **a)** Uma reunião conjunta das Equipes de Teólogos de ambas as instituições para aprofundar os temas tratados. **b)** Outra reunião das Presidências para continuar no processo de comunhão que se intensifica em cada encontro.

COMPROMISSO PERPÉTUO OU TEMPORÁRIO?

**A vocação cristã é uma vocação de liberdade.
Sem liberdade não há capacidade
de poder comprometer-se com Deus.
Liberdade não implica indiferença
diante das coisas, inclusive Deus.**

Os formadores encontram-se cada dia mais freqüentemente com o problema de uma juventude "menos contente de decisões definitivas que antigamente" e por isso mais "arredia a vínculos" (1). Além disso, já há alguns anos acontece com freqüência que moços são forçados a pedir a anulação do matrimônio, dando como razão que não estavam maduros o bastante ao realizá-lo e não podiam medir o alcance real de sua decisão. Aumenta também o número de sacerdotes que dizem que, por ocasião do tempo da ordenação, estavam sob pressão moral interior e não foram suficientemente livres na sua decisão. O mesmo fato se verifica em relação aos votos. A freqüência com que professos de votos perpétuos pedem dispensa é enorme.

Pe. J. B. Libânio, SJ

**A liberdade
nos foi dada
para a santidade**

Doutro lado, parece que como nunca há maior clareza do que seja o matrimônio ou a realidade do celibato. Abundante literatura esclarece os problemas dessas situações de vida. Existe também facilidade para recorrer a especialistas em matéria psicológica, seja em forma de terapia como de esclarecimento. Nada disto impede este número grande de dispensa dos compromissos perpétuos. Levanta-se então o problema de até onde tal realidade tem sentido. Questão complexa. Vamos tentar uma reflexão a partir de diferentes pontos de vista, esboçando algumas sugestões simples, que possam ajudar-nos na tarefa da formação.

1. Aspecto sócio-cultural

A vida religiosa apresentava-se como um "estado de perfeição"(2). Era normal que fôssemos lentamente educados a viver neste estado, que livremente escolhíamos. O compromisso ou voto temporário era uma expressão de nosso desejo de pertencer a tal estado. Ainda não nos sentíamos seguros e nem tinham os superiores clareza suficiente sobre nossa aptidão. O primeiro compromisso era então temporário. Este caráter de temporalidade não se referia ao nosso desejo de entregar-nos a Deus. Aí não havia limite. O temporário se referia ao conhecimento imperfeito do religioso em relação à Congregação e desta em relação ao candidato. Depois de um tempo de prova um pouco mais longo, podia-se fazer o compromisso perpétuo, desde que as duas partes estivessem satisfeitas.

Este sistema funcionava sem maiores problemas. A sábia experiência da Igreja fixara um tempo determinado para o conhecimento necessário de ambos os interessados. O compromisso perpétuo significava o término de um processo pedagógico de formação e devia corresponder a uma maturidade humana suficiente para dar o passo. Sempre houve casos em que, depois dos votos perpétuos, se deixava a Congregação. Inclina-se a ver, em geral, uma conseqüência da fraqueza humana que não conservara a fidelidade do primeiro amor (Apc 2,4).

A idéia de "estado" vem sendo substituída por outra categoria na linha do serviço, da função, da realização. As categorias ontológicas cedem lugar às funcionais; passa-se de um modo de ver a partir da essência para a existência (3). Esta mudança de concepção mais global afetou também a vida religiosa. A categoria "estado de perfeição" não exprimia mais a experiência que se queria viver na vida religiosa. O elemento subjetivo assumia maior importância.

Assim acontecendo, o compromisso temporário e perpétuo como dois momentos diferentes de uma maneira de pertencer ao "estado" começa a não ser bem compreendido. Como a intencionalidade, o desejo de comprometer-se é igual no primeiro como no segundo compromisso, pergunta-se então qual seria a diferença. O fato estatisticamente comprovado de que muitos, já profectos e professos, começaram a deixar suas congregações, enfraqueceu mais ainda a compre-

ensão desses dois tipos de compromisso.

Como o acento se deslocara para o plano da sinceridade, autenticidade subjetiva, com uma conseqüente insensibilidade para distinções de cunho canônico e institucional, via-se, que, no fundo, o problema fundamental deveria ser o da liberdade da opção. Assim, deslocava-se para o aspecto psicológico a questão mais importante.

2. Aspecto psicológico

Não há dúvida de que a deficiência não se coloca tanto na linha do conhecimento do alcance teórico e até certo ponto existencial das exigências que o compromisso pede. O número das pessoas, que entram numa ignorância inocente na vida religiosa, tende a diminuir e até acabar. Ainda existem algumas ilhas de religiosos, que vivem, pelo menos durante algum tempo, alienados em relação ao mundo que renunciaram. Como aqueles de quem se lia no martirologio, que antes ignoraram o mundo que o deixaram.

A experiência tem mostrado também que não se pode exagerar o papel da inteligência e vontade nas opções. Não é o saber e querer, com uma sensação de liberdade, que resolve o problema. Na base do mal-estar em relação aos compromissos perpétuos, há uma desconfiança de que tal compromisso não passa de uma tentativa provisória. Todas as opções humanas parecem, de fato, provisórias. O perpétuo parece um resíduo de uma época já superada. É batalha nesta direção uma reflexão de cunho psicológico bastante séria.

Parece um fenômeno assaz difundido a falta de maturidade. Ou melhor, a suspeita de que maturidade é um processo para toda a vida. E pergunta-se, como é possível um comportamento total, uma ética total para alguém que só tem de si uma noção bem parcial? A imaturidade psíquica revela-se num desconhecimento das forças anímicas profundas, das forças sentimentais e afetivas que desempenham papel extraordinariamente importante, não raramente fatal, no equilíbrio da personalidade. Um conhecimento parcial de tais forças não pode permitir uma opção definitiva, que suporia que elas fossem bem conhecidas. Portanto, sem apreensão normal e clara deste potencial explosivo, e sem concreta consideração dele, não se pode falar de maturidade anímica, ainda que relativa, e de capacidade para decisão vital irrevogável, como é o caso dos votos perpétuos. Para levar a "vida civil", isto é, ganhar o pão de cada dia e conseguir-se um trabalho, precisa-se de muito menos maturidade, do que para comprometer-se numa vida seja religiosa como matrimonial, onde o aspecto afetivo está altamente envolvido (4).

O problema da imaturidade afetiva é complexo. Na sua raiz está uma tentativa de inversão do processo de individualização. No processo de aquisição de identidade, o indivíduo toma consciência de si como algo separado dos demais. Isto lhe traz uma angústia de estar só. Sente-se solitário. Se, de um lado, deve afirmar-se como distinto dos outros homens, sente-se

ameaçado pelo mundo, do qual se diferencia e com o qual está em desarmonia. O homem experimenta a ineludível necessidade de pertencer a algo ou a alguém, pela impossibilidade de suportar a solidão, fruto da consciência de ser diferente dos outros. Esta solidão será superada, unindo-se ao mundo pelo trabalho construtivo ou pelo amor. Em vez de caminhar nesta linha de maturação, pode acontecer um processo de inversão. Ao fugir da solidão, que o ameaça, exatamente quando deixa a infância em caminho à idade madura, pode querer encontrar um substituto dos vínculos primários na relação com a mãe. Esta inversão do processo de individualização impede que se adquiram segurança, independência, liberdade, que se fortaleça o ego, com o conseqüente aumento da solidão.

Tal processo tem, por sua vez, expressões sintomáticas, que perturbam a limpidez do gesto oblato dos votos. Algumas dessas manifestações podem ser facilmente perceptíveis.

a. Tendência à submissão ou dominação

A submissão surge como um desejo de segurança, com o caro preço, inconscientemente, do abandono da força e integridade de seu ego. Os votos, como compromisso com Deus numa Congregação, surgem como um desejo de superar a angústia do sentimento de estar só e a necessidade de pertencer a algo externo, em vez de responsabilizar-se por seu próprio mundo, por sua

própria vida. Aparece a vida religiosa como um lugar de proteção, a que se submete, em busca de vínculos secundários substitutivos dos vínculos primários. Tem como base o sentimento de impotência, de inferioridade.

São formas de evasão da solidão, onde o indivíduo tende a abandonar a independência do eu individual e fundir-se com algo ou alguém exterior a si mesmo. Assim busca a força da qual carece. A pessoa submete-se a um poder exterior ou a um poder incorporado ao ego, iludindo a necessidade de assumir responsabilidade e portanto as decisões que acompanham toda escolha. No fundo, não quer a própria liberdade, sinônimo da própria solidão, e busca submeter-se a um superior, a algo "poderoso". Racionaliza seus impulsos de submissão, sob a capa de fidelidade, lealdade, generosidade, amor.

A fuga à solidão pode ter manifestações opostas. Desejos de atos de dominação sobre outras pessoas. A vida religiosa torna-se o lugar, onde poderá exercer sua liderança, sob o impulso de submeter os outros a si. Busca-se o sentimento de estar dominando. Tal sentimento pode assumir formas bem sutis, de extremo e excessivo cuidado com os outros, demasiada bondade. São maneiras de reter o outro sob seu domínio. Neste mecanismo de evasão, há perda da integridade da personalidade, num processo de regressão.

Neste quadro neurótico, uma adesão a compromissos duradouros não pode ter consistência. A perso-

nalidade não é capaz de ato responsável; desintegra-se e concomitantemente se desfaz qualquer compromisso sadio.

b. Destrutividade

Outra manifestação é o sentimento de destrutividade. Visa superar o sentimento de debilidade, suprimindo a concorrência. São impulsos de eliminação do objeto, tendo por causa a evasão da solidão e da impotência. Os votos assumem aqui uma forma de autodestruição, de castração pessoal nos três níveis básicos da vida: necessidades materiais (pobreza), necessidades sexuais e afetivas (castidade), necessidade de autonomia (obediência). Mecanismo inconsciente que pode ser racionalizado no amor, no dever, na consciência, no heroísmo, ocultando o sentimento de autodestruição. Assumir os compromissos apresenta aqui o sentido de eliminação do objeto, ainda que de modo fantasioso, alimentando e aumentando o sentimento de isolamento, pois, na medida em que se destroem os objetos, o indivíduo fica mais só. A destrutividade é produto da vida não vivida.

Em tal situação, os compromissos não podem, de modo algum, exprimir um impulso de vida, de dom, de graça. Significam o contrário. E tal situação é ameaçada a cada momento pela verdade da vida. E sua impossibilidade de resistir ao tempo cresce na medida em que a pessoa pode vir a descobrir em si um outro movimento em direção à liberdade, à vida.

c. Conformidade automática

A inversão do processo de individualização, como fuga à liberdade, à solidão, à autonomia manifesta-se também através do impulso de adoção cega de normas, no ambiente em que se vive, a fim de evadir à solidão. A vida religiosa, como lugar de normas e regras, aparece exatamente como ambiente apto para tal fuga. O indivíduo deixa de ser ele mesmo, adota o tipo de personalidade, que as pautas do ambiente exigem e não se sente mais só, pois desaparecem as discrepâncias entre o "ego" e o mundo. O medo e a solidão cessam. Paga, no entanto, o preço de sua própria personalidade. Nessa perda do "ego" e na sua substituição por um pseudo-ego, a pessoa não se sente feliz.

Esta conformidade automática faz aumentar o sentimento de desamparo, insegurança pessoal. Robustece a tendência ao conformismo. As pessoas nesta situação tornam-se um pasto delicioso para os autoritários.

Os compromissos assumidos são falseados na base. Não há uma adesão da personalidade, que possibilite uma atitude criadora e construtora da vida (5).

Esta leitura, ainda que resumida e simplificada, das manifestações na opção do compromisso mostra-nos uma das raízes da problemática dos compromissos perpétuos. Como essas manifestações acontecem para o indivíduo em nível inconsciente, ele não percebe que seu compromisso está minado na raiz.

Apesar da melhor boa vontade, a insatisfação latente pode eclodir já numa idade em que os votos perpétuos foram feitos. Aí pode acontecer uma dupla possibilidade. O indivíduo pode perceber que tal impulso neurótico atuou na sua vontade de fazer os votos. Se ao longo de sua vida religiosa, não houve nenhuma outra percepção dos valores religiosos e vivência deles, mas toda a vida fora dominada por tal pulsão, nada sobra do compromisso. Ele não pode continuar a ser mantido por um sentimento de submissão-dominância, autodestrutividade ou conformidade mecânica.

O indivíduo deve assumir sua liberdade e solidão, e encaminhá-las na única linha de superação: unir-se ao mundo pelo trabalho construtivo e pelo amor. Se a vida religiosa não é para ele este lugar do trabalho construtivo nem do amor, nada resta a fazer senão deixá-la. Diante de Deus, não se deve sentir ligado nenhum religioso, que, ao fazer seus votos, era movido por um sentimento oposto ao da verdadeira consagração a Deus: amor e serviço. A vida religiosa não pode ser um substitutivo da solidão. Deve ser um assumi-la no dom. Solidão e liberdade são, na sua unidade básica, dimensão fundamental e constitutiva da personalidade. Não podem ser abolidas nem escamoteadas. Só a verdadeira integração possibilita um equilíbrio.

Pode acontecer, entretanto, que a pessoa ao longo de sua vida foi superando este impulso inicial e foi encontrando na vida religiosa o lugar da construção do mundo e do

amor. Neste caso, uma percepção dos impulsos iniciais não deve perturbar a clareza da caminhada. Com maior lucidez, é o momento de uma verdadeira renovação dos votos.

3. Aspecto teológico

O problema teológico do compromisso é o significado da relação do homem com Deus. Deus é o Absoluto, e com ele não podemos relacionar-nos senão de modo definitivo. Com o Absoluto, não se regateia (Pe. Leonel Franca). A atitude fundamental do religioso tem de ser de compromisso definitivo. Mesmo nos votos temporários, a atitude é de entrega de si na totalidade de nossas possibilidades. Não se pode conceber na relação criatura-Deus uma vinculação provisória. Na linha do amor, não existe tempo. Aliás, mesmo em relação a uma pessoa humana, nunca poderia dizer com sinceridade e verdade que amarei por algum tempo. Já não seria amor e sim interesse, gosto. O amor é de si eterno nas suas pretensões. Ele quer, faz, é eternidade (6).

O compromisso perpétuo, como expressão da entrega a Deus, é um exercício de liberdade. Esta, como Deus a atribuiu ao homem, é liberdade de aceitar absolutamente e sem reservas o mistério absoluto, que chamamos de Deus. Aceitar de tal maneira que Deus não seja um entre outros objetos, entre os quais se faz uma escolha, mas sim aquele que no ato livre apresenta-se ao homem em primeiro lugar, de modo único, e no qual a própria essência da liberdade chega a sua perfeição (7).

A aceitação de Deus não é simplesmente um exercício de nossa liberdade, é-lhe, sim, a realização de sua mais profunda essência. A nossa liberdade é feita por Deus e para Deus. Neste duplo movimento de origem e de volta, constitui-se a liberdade. E toda vez que, de certo modo, afirma seu movimento, ela encontra sua raiz profunda, realizante. A liberdade não é, pois, uma faculdade, como tabula rasa, indiferente a qualquer objeto, inclusive Deus. É, antes, um mover-se para Ele, em força mesma de sua constituição e não somente por causa da peculiaridade de Deus, como objeto da liberdade. Na raiz da liberdade mesma, e não só na objetividade de Deus, está a explicação de sua relação com Deus.

A solidão, que leva o homem a buscar tantas falsas soluções, nada mais é que uma manifestação desta transcendência de nossa liberdade. Vale aqui a experiência de Agostinho: "contudo, o homem, pequena parte de tua criação, quer louvar-te. Tu mesmo o despertas a isto, fazendo que se deleite em louvar-te, porque nos criaste para ti e nosso coração está inquieto até que descanse em ti" (8).

A partir desta reflexão teológica, podemos dizer que não são as formas neuróticas que levam o homem a querer realizar sua liberdade em Deus, num compromisso com ele. "Eu não existiria, continua Agostinho, Deus meu, não existiria de modo nenhum, se tu não estivesses em mim. Ou antes, eu não existiria, se não o fosse em ti, do qual vem tudo, pelo qual tudo foi feito, e no qual tudo subsiste? As-

sim é, Senhor, assim é (9)"! A neurose estaria, portanto, não no comprometer-se com Deus na vida religiosa, mas no fazer da vida religiosa um lugar humano de seguranças, que nos poupem assumir nosso destino. Não é Deus a grande alienação, mas as formas que ocupam o seu lugar.

O compromisso perpétuo só pode ser compreendido dentro de uma intelecção cristã da liberdade. Esta se ilumina à luz da relação Deus-criatura racional. Aqui vale a experiência de que tanto fala Paulo: a vocação cristã é uma vocação para a liberdade. "Vós, irmãos, fostes chamados à liberdade. Se vos guiais pelo Espírito, não estais sob a lei" (Gál 5,13.18). Paulo não pode entender ser cristão, sem afirmar de modo claro a liberdade, a capacidade de poder comprometer-se com Deus. Pois esta liberdade não nos foi dada para ficarmos indiferentes diante de todas as coisas, inclusive de Deus, mas para a santidade. Esta é a vontade de Deus: a nossa santificação (1 Tess 4,3). Deus não nos chamou à impureza mas à santificação (1 Tess 4,7).

Para Paulo, o cristão animado pelo Espírito e na medida em que é tal, encontra-se livre em Cristo diante da lei mosaica enquanto lei. Esta liberdade do cristão situa-se diante de toda lei, que o constringe de fora, porque no fundo está vivendo no Espírito que o faz amar, viver mais que a própria lei pede (10). A liberdade do cristão vem de um princípio interno: a própria natureza da liberdade, enquanto feita por Deus e para Deus, e, de

fato, vivendo em ato este movimento a-temático, transcendental.

Esta estrutura metafísico-teológica da liberdade não impede, entretanto, que ela, nas suas concretizações históricas, seja perturbada por distorções patológicas. O problema complica-se, pois, não se fazem as duas experiências em separado: a experiência do movimento para Deus como realização da estrutura mesma da liberdade e experiência de sua distorção patológica. Ambas se fazem no mesmo ato. A primeira experiência é fundamental, não categorizada e encontra suas explicações no concreto do dia a dia, onde acontecem as experiências mistas, ambíguas. Há, certamente, formas patológicas, cujo grau destrói a possibilidade da experiência transcendental, simplesmente porque elas negam a liberdade propriamente dita. Na medida em que o nível patológico chega a um grau, em que o campo da verdadeira autonomia se anula, não se pode falar mais de um movimento para Deus. Neste caso, o compromisso com Deus seria meramente formal, aparente, verbalizado, sem o correspondente núcleo real, fundamental. Será uma situação gravemente enfermiça, onde o nível de liberdade desapareceu. Não costuma ser o caso.

O mais normal é que o grau patológico não destrua totalmente a liberdade, e por conseguinte deixe, ainda que em estado imperfeito, a abertura transcendente para Deus, capaz de ser afirmada. Todo o trabalho na formação e reflexão pastoral é procurar que o nível profundo da liberdade, como movi-

mento para Deus, se desvencilhe dos impedimentos cerceadores de seu mover-se. O que limita a liberdade como tal, limita também o caminhar para Deus. Há uma identidade profunda entre essas duas realidades. O nosso ponto de partida teológico tem sido a concepção de que a liberdade não é indiferença diante de qualquer objeto, inclusive Deus, mas é essencialmente transcendência, de modo que em cada ato seu Deus subsiste, ainda que somente de modo a-temático, como sua base sustentadora e sua finalização (11).

O risco da impossibilidade de um compromisso perpétuo com Deus, ainda que por meio de uma mediação concreta, não pode vir da natureza mesma da liberdade. Deste lado, parece tudo o contrário. Comprometer-se com Deus é a atualização de sua estrutura ôntica concreta. E na ordem atual da salvação, esta atualização faz-se na graça. Comprometer-se com Deus é viver na graça, é participar da vida definitiva, é estar no movimento de sua plena auto-realização.

O problema põe-se em relação à mediação concreta: a vida religiosa. Será que há proporção entre a gravidade e necessidade de um afirmar a Deus na própria opção e as mediações históricas, concretas, que nos são oferecidas na vida religiosa? Entende-se que com Deus todo compromisso seja definitivo, realizador, nunca alienante. E, entretanto, nenhuma mediação humana, histórica pode esgotar a minha possibilidade de afirmar minha transcendência, de abrir-me para Deus. O problema do compromisso definiti-

vo não se refere à pessoa de Deus, mas à mediação concreta. Não se duvida de que com o Absoluto não se regateia. Será que se pode dizer o mesmo da forma concreta da vida religiosa? Até onde um compromisso com ela, é sacramento verdadeiro do meu compromisso com Deus? Quando é que ela não passou de um falso compromisso com Deus?

Este problema não se resolve fora de uma reflexão sobre a eclesialidade, e seu fundamento no mistério da Encarnação.

A Encarnação diz-nos que uma realidade histórica pode tornar-se, e no caso para sempre, de modo definitivo, a mediação do Absoluto. A humanidade de Cristo agora de fato é a mediação necessária, insubstituível, insuperável, inderrogável de Deus para nós. Não podemos fora dela pertencer, conhecer, amar a Deus. No caso de Cristo, esta mediação se torna definitiva e insuperável, porque Ele é o Verbo eterno feito homem, feito história. A unidade profunda entre o histórico e o eterno, o Absoluto (Verbo) e o relativo (humanidade), o Definitivo e o transitório, fez com que Cristo se tornasse a mediação insubstituível.

Nenhuma outra mediação poderá gozar do mesmo nível de definitividade. Participará dela, na medida em que for na história a continuação, o sacramento visível deste Cristo, não mais presente na sua visibilidade física, histórica. É nesta linha que a Igreja assume um papel importante. Sabe-se ela ser o "sacramento ou sinal e instrumento da íntima união com Deus e da

unidade de todo o gênero humano" (12). Em tal consciência, sabe que pode indicar aos homens mediações concretas para realizar tal união. Não seria tal sacramento, se não o pudesse concretizar em atos determinados. Seria um conceito vazio chamar a Igreja de "sacramento de união com Deus", se ela não pudesse colocar atos históricos, estruturas contingentes, que, entretanto, são a maneira de concretizar tal união.

Esta vinculação entre a realidade da Igreja como sacramento de união, que remonta, na própria consciência da Igreja, à vontade expressa de Deus em Cristo, e as mediações concretas que esta mesma Igreja aponta como lugar desta união deve ter consistência. Do contrário, a Igreja seria uma pura palavra, uma essência não concretizável, uma ficção. Por outro lado, cada passo mediador sofre o risco do equívoco, da ambigüidade, sem com isto negar totalmente a validade do mediado. Como a Igreja é uma instituição histórica, a validade de suas mediações se constata, em última análise, pela consciência histórica, que ela tem de tal validade ao longo de sua tradição e pela verificação a partir da práxis da caridade. Sem dúvida, não se pode negar ambos os critérios para a validez das mediações históricas da vida religiosa.

Ainda nos resta um outro aspecto do problema. Mesmo que a expressão objetiva e concreta da mediação da vida religiosa seja um lugar, em si válido, para um compromisso, aqui e agora, com o Absoluto de Deus, fica ainda por sa-

ber, se na apreensão subjetiva deste religioso não houve algum desvio.

O problema, colocado neste nível, não infirma a possibilidade de ser válido hoje um compromisso definitivo e perpétuo com uma mediação histórica concreta, desde que esta seja garantida pela Igreja. Esta garantia não é simplesmente uma intervenção jurídica e sim sacramental. Isto quer dizer que a Igreja se vê continuada, na sua sacramentalidade básica de unir os homens com Deus e entre si, na mediação concreta da vida religiosa. Recuperar esta percepção teológica, inteligível somente no nível da fé, é necessário para compreender o significado dos votos. O compromisso de ser fiel a Deus nesta mediação é de cunho social eclesial. Por isso, não pode ser reduzido ao puro nível da subjetividade, que uma consideração psicológica correria o risco de fazer.

Os inúmeros casos de mudança na opção, a incerteza questionante em relação a qualquer mediação histórica por ser histórica e uma suspeita latente da possível defasagem de tal sinal concreto dos votos não esvaziam a possibilidade de um compromisso histórico perpétuo. Pertence à sua natureza ter dentro de si esta tensão, que fundamentalmente se reduz a de "uma realidade histórica" poder ser o lugar do "definitivo". Tensão própria do ser humano. E se ele renuncia a ela, optando totalmente por um dos pólos, com exclusividade, caminhará para uma frustração total. Nem poderá viver o histórico como pura provisoriedade, renunciando "definitivamente" qualquer compro-

misso definitivo, nem por outro poderá entregar-se "definitivamente" a qualquer compromisso provisório. Terá que perceber que a gravidade do compromisso pressupõe uma certeza, no caso, no nível da fé, da seriedade da mediação. Certeza, evidentemente, que nunca suprirá o risco, a possibilidade do erro. Querer aboli-los, seria renunciar ser homem.

O compromisso perpétuo com Deus numa mediação, onde a sacramentalidade da Igreja encontra continuidade, pode ser, e deveria sê-lo sempre, um lugar da liberdade, da maturidade e por isso realizante. O medo e a suspeita do futuro fracasso não poderiam ser inibidor de sua possibilidade. Porque na sua origem estaria uma atitude infantil e não "moderna". A educação e a formação dos jovens religiosos teriam que ser numa linha para os votos perpétuos, na consciência da necessidade humana de comprometer-se, como sinal de maturidade e concretização da liberdade.

Não existem espaços vazios de liberdade. Ela só existe no compromisso. A ilusão da "liberdade" ser condição prévia à decisão é altamente ideológica. Pois este tipo de liberdade é ilusão de não estar ainda comprometido, mas já é o engajamento com o modelo social, ideologicamente veiculado pelo sistema reinante dominador. O "espaço prévio e vazio de liberdade" já está de fato cheio de opções feitas na vertigem envolvente do sistema.

A coragem de comprometer-se com uma realidade concreta, muitas vezes em posição questionante aos

valores veiculados pelo sistema reinante, supõe maior nível de consciência e liberdade. Não devemos, entretanto, deixar-nos iludir por concepção aristocrática da "liberdade pura", onde o "eu" se encontrasse numa situação de puro descondicionamento. Uma vontade que opte na pureza de se querer não é humana. A liberdade do homem histórico está dentro dos envoltórios de tempo e espaço. É aí que, num momento metafísico de auto-posse, em diálogo de graça com Deus, assume seu compromisso definitivo.

Que significa "definitivo" ou "perpétuo" no compromisso de um ser humano, histórico? Antes de mais nada, quer-se exprimir a possibilidade que tem o homem de transcender o tempo. Ele não é pura temporeidade. É capaz de eternidade. E tal experiência só pode realmente acontecer, quando ele é possuído do amor ou do ódio. Ambos se querem eternos. Por isso, ambos são já o início do que será a realidade futura definitiva: céu ou inferno. Ao assumir um compromisso com Deus, o homem experimenta-se como transcendente. E tal experiência tende a visibilizar-se na fidelidade que tal compromisso exige ao longo do tempo.

A intensidade de eternidade intencional do ato livre do compromisso se visibiliza na sucessão interminável dos dias. O eterno da intenção se concretiza no ilimitado da extensão. O perpétuo é a expressão em categoria de tempo o que em categoria de ato se quis dizer com os votos. O homem existindo no tempo tende a exprimir as suas vivências transcendentais através do

ilimitado da duração. Entretanto, o homem não é só presença. Ao estender pelo tempo sua intencionalidade de definitivo, isto é, ao querer viver no tempo os votos perpétuos, pode ser atacado de amnésia do primeiro amor, pode perceber imperfeições, equívocos no seu ato anterior. Pois, ele sempre esconde dentro de si a possibilidade do erro. Nunca é feito na lucidez plena do face à face.

Por isso, a verdadeira atitude dos compromissos perpétuos tem de ser a da esperança: a certeza da presença de Deus no meio à minha fraqueza. É baseado nela, como atitude teologal e apoiado num conhecimento psicológico da própria maturidade, que podemos selar um compromisso que exige de nós uma duração assumida na intensidade do instante dos votos. Esta passagem do instante para o tempo é a ameaça. Só a esperança pode superá-la.

Com estas reflexões parece que a distinção entre votos temporários e perpétuos não tem muito sentido. Todos os votos deveriam ser perpétuos. Ninguém pode comprometer-se de modo temporário com uma mediação que crê ser expressão continuada da sacramentalidade da Igreja, por sua vez, continuação atualizada do sacramento fundamental, que é Cristo.

O sentido desta distinção deve ser encontrado numa perspectiva pedagógica e comunitária. O homem não é somente o instante da opção. É sua continuidade estendida através dos anos. É a experiência histórica nos ensina que necessitamos nos primeiros anos de maior presença e ajuda, para que

nossa opção se solidifique. Os votos temporários querem exprimir à comunidade nossa consciência de que necessitamos de uma assistência maior da Congregação. E pedagogicamente exerce em relação a nós mesmos a função de incentivo a um trabalho de continuidade na linha da maturidade. Dá-nos uma consciência histórica de nossa vida, ensinando-nos que devemos colocarnos numa atitude de quem tem de preocupar-se de modo especial por conhecer-se, firmar-se na opção. É expressão, em termos de vida religiosa, do fenômeno universal da assimilação e crescimento gradual do ser humano, em relação a suas escolhas, a sua vocação, a seus compromissos fundamentais.

Conclusão

Compromissos temporários ou perpétuos não querem principalmente significar duas maneiras distintas, jurídicas, de pertencer ao "estado religioso". Este significado jurídico permanece, mas não é o mais importante, na compreensão do religioso hoje.

A série de objeções da psicologia moderna mostrando as deficiências no processo de maturidade e suas conseqüências em relação aos compromissos parece não invalidar qualquer possibilidade de opções definitivas. Simplesmente nos alertam tais dificuldades para o risco e muitas vezes, o fato de compromissos feitos sob impulsos neuróticos, em grau altamente restritivo da liberdade humana. Os sinais de tais comportamentos poderão ser identificados e os casos deverão ser estuda-

dos para ver se são clinicamente solucionáveis a ponto de poder-se refazer em liberdade o compromisso anterior, ou pelo contrário, se deve encaminhar a pessoa para outro tipo de engajamento.

Trata-se de casos e não de uma impossibilidade universal. As objeções dos psicólogos são a partir de casos clínicos e não de uma concepção filosófico-antropológica, de tal natureza que mostrasse a impossibilidade humana de assumir compromissos definitivos na história. Pelo contrário, uma reflexão sobre a liberdade, sobretudo a partir da teologia, mostrou-nos como um compromisso definitivo, perpétuo é momento privilegiado de realização da liberdade humana. Os empecilhos vem de distorções históricas, concretas, evitáveis e não de uma necessidade histórica.

A compreensão da liberdade à luz da fé fez-nos ver claro o fato do compromisso perpétuo. E a compreensão do sentido de pedagogia que acompanha a vida do homem dentro da sociedade humana, deu-nos o significado dos votos temporários. A sua diferença em relação aos votos perpétuos não se coloca na seriedade, responsabilidade, intencionalidade de engajamento, mas na consciência e no senso pedagógico da vida humana dentro de uma comunidade. Como intencionalidade, como ser aberto à transcendência, como ser livre em relação com o Absoluto, todo compromisso religioso é definitivo, perpétuo. No entanto, como ser em evolução, como membro de uma família a ser educado e a crescer nos seus compromissos, como capacida-

de psíquica de assumir as responsabilidades, os votos se exprimem em etapas: temporários e perpétuos.

É, portanto, uma distinção baseada na experiência humana mais simples. O ser humano cresce e necessita pedagogicamente ir sendo preparado para que seus compromissos, uma vez assumidos com toda seriedade, possam receber uma expressão social num rito. Doutro lado, a liberdade humana é de tal natureza, que é feita para colocar-se de modo radical diante do Absolu-

to, como momento de sua plena realização. Nas mediações humanas vai-se defrontando com o Absoluto e encontrando aí sua felicidade. E a sua fé no valor sacramental das mediações eclesiais e sua esperança na promessa de Deus, levam o homem a ter possibilidade e coragem de compromissos definitivos e perpétuos. São momentos que iniciam já no tempo a eternidade da relação com Deus e com os irmãos. Somente numa visão de fé se pode compreendê-lo, superando a perspectiva fenomênica e casuística da Psicologia.

NOTAS

1. KLOSTERMANN, F., **Priester-bildung** — Überlegungen für übermorgen, em: *Der Seelsorger* 35 (1965) 301. 2. COMBLIN, J., **Os Fundamentos Teológicos da Vida Religiosa**, em: *REB* 29 (1969.2) 320 ss. 3. WULF, F., **Priester, Ordensleute, Laien Wandlungen der Kirchlichen Ständerordnung**, em: *Geist und Leben* 41. (1968.1) 60/61. 4. RUDIN, J., **Die Reife zur Ehe und zum Priestertum**, em: *Orientierung* 28 (1964) n. 19, 208/209. 5. GUARDO, R. G. M., **De Freud a From**. *História General del Psicoanálisis*, Buenos Aires, Giordia, 3 ed.; HEINE, P. J., **Psicología Social y Persona-**

lidad, Buenos Aires, Paidós, 1973; ERIKSON, E. H., **Identidad, Juventud y Crisis**, Buenos Aires, 1971. 6. RATZINGER, J., **Introdução ao Cristianismo**, Herder, São Paulo, 1970, 302. 7. RAHNER, K., **Theologie der Freiheit**, em: *Schriften zur Theologie*, Benziger, Einsiedeln, 1965, VI, 216. 8. Santo Agostinho, **Confissões**, I, 1, 1. 9. Santo Agostinho, **Confissões**, I, 2, 2. 10. LYONNET, S., **Libertad Cristiana y Lei del Espíritu, según San Pablo**, em: I. de la Potterie. LYONNET, S., **La Vida según el Espíritu**, trad. esp. Sigueme, Salamanca, 1967, 177/202. 11. RAHNER, K., art. cit., 216 ss. 12. Concílio Vaticano II, **Constituição Dogmática Lumen Gentium**, 1.

SEMINÁRIO DE REFLEXÃO SOBRE O PROBLEMA DEMOGRÁFICO HOJE

Coordenação:

**Madre Maria José Torres, médica,
Assistente Geral das Irmãs
Dorotéias, ex-Provincial
da Congregação no Nordeste**

Escreve:

Ir. Irany Vidal Bastos, MJC

A motivação

O problema demográfico e a consciência de seu desafio vem se adensando no mundo de modo sempre mais grave. Por suas implicações de ordem moral, seja pessoal, seja familiar e institucional, ele constitui também para a Igreja um ponto vital. Do lado da Igreja são repetidos os pronunciamentos que culminaram sobretudo com a Encíclica HUMANAE VITAE. Do lado da sociedade civil internacional, o grande momento vivido em plano universal foi a Conferência Mundial das Nações Unidas sobre a População, reunida em Bucareste (1974).

No âmbito nacional de Brasil, são conhecidas as posições do Governo oficialmente contra uma planificação familiar coordenada e imposta pelo Estado, nos termos da Índia, por exemplo. Tem sido, no entanto, amplamente divulgada pela grande imprensa a atividade da organização BENFAM, sobretudo nos Estados do Nordeste. Bem conhecidas também as pressões dos órgãos de financiamento internacional no mesmo sentido.

Recentemente, divulgou-se o interesse do Governo do Estado de Pernambuco, a exemplo do Rio Grande do Norte, em estabelecer convênios com aquela organização, a fim de que ela oriente as famílias no que toca o controle da natalidade. O problema se apresenta agudo para uma grande faixa da população brasileira: falta de recursos econômicos para sustentação das famílias, falta de condições de saúde por parte da mãe, deficiência na situação higiênico-sanitária; impos-

sibilidade real de educar os filhos, por razões de ordem pessoal ou ambiental, para só mencionar alguns aspectos.

Estes problemas que são vitais para as pessoas e para as famílias não podem ser tratados por nós apenas em termos de orientação teórica e de princípios. A realidade nos tem mostrado que para a grande maioria de pessoas a solução se encaminha para a planificação familiar, baseada exclusivamente na utilização de meios e métodos artificiais, químicos (contraceptivos-pílulas) ou mecânicos.

A falta de preparo, especialmente das camadas menos favorecidas da população, tem feito de mulheres simples do povo, presa fácil seja para a manipulação, seja até para a experimentação de sociedades comercializadas. A Igreja, sobretudo através das Religiosas, tem tido contato bastante imediato com as populações mais carentes, seja no meio rural, seja nas periferias metropolitanas.

É inestimável o que tantas religiosas estão levando a essa gente em termos de apoio e promoção social, incentivo comunitário, estímulo à educação, capacitação para o trabalho e, sobretudo, perspectiva evangélica de vida. Perguntamo-nos se, além de tudo isto, as religiosas em contato com o povo, não podem levar também a estas senhoras uma orientação segura, lúcida, bem fundamentada, sobre como se conduzir frente a este problema para elas tão angustiante.

Madre Maria José Torres, Assistente Geral das Dorotéias e ex-Pro-

vincial da Congregação no Nordeste, tem-se ocupado deste problema. Recolheu ampla bibliografia, está em contato com centros de pesquisa na Europa e deu diversos cursos por lá. Orientou seus estudos na linha da valorização dos métodos naturais de planificação familiar, principalmente do que foi recentemente descoberto pelo casal Billings da Austrália e que oferece margem substancial de segurança.

A CRB Nacional convidou-a para partilhar com outras Religiosas e refletir juntamente com elas sobre o assunto.

A realização

Com o objetivo de informação sobre o problema demográfico e sua situação em nível internacional, nacional e eclesial, e também de reflexão do grupo sobre a conveniência e a viabilidade de uma atenção a este problema por parte das Religiosas, numa linha de serviço, sobretudo às populações mais carentes na área rural e das periferias metropolitanas, reuniram-se no Rio, de 6 a 8 de agosto, 46 Religiosas, de 15 Congregações, provenientes de 8 Estados.

O Seminário se iniciou com a palestra do Pe. Marcello de Carvalho Azevedo, Presidente da CRB, que introduziu o assunto mostrando como o mundo vê hoje, o problema demográfico. Abordou a realização da Conferência Mundial sobre a População, em Bucareste (1974), a posição da Igreja e a lenta mas sensível preocupação do Brasil com o problema.

Madre Maria José Torres apresentou às participantes, durante os 2 dias, os fundamentos, os métodos e as iniciativas atuais no campo da planificação familiar, bem como a palavra da Igreja sobre o assunto, seus documentos oficiais e o alcance do trabalho das Religiosas, neste campo.

A ilustre conferencista, médica de alto valor e profunda conhecedora do assunto, não estudou o tema sob o aspecto ético-moral, nem pastoral, nem operacional. Procurou sensibilizar o grupo para o problema através de informações apresentadas em excelentes áudio-visuais e refletiu sobre o serviço que as Religiosas poderão prestar às famílias que necessitam de orientação segura no que tange à planificação familiar.

Os frutos do Seminário

◆ As Religiosas presentes, sabendo que o Brasil tem um aumento de 3.000.000 de habitantes por ano, que 14.000 Religiosas trabalham na área da saúde e que 900 Hospitais estão nas mãos da Igreja, sentiram o peso de sua responsabilidade e se propuseram a preparar melhor outras Religiosas sobre o assunto, poupando-lhes conflitos de consciência, criados por situações profissionais, fornecendo-lhes critérios e informação atual e fundamentada, que lhes permitam discernir religiosa e apostolicamente sobre o que convém fazer ou aconselhar.

◆ Dado o desconhecimento dos métodos naturais de planificação familiar, as Religiosas sugeriram outros Cursos dessa natureza para Bispos, Sacerdotes, Religiosos e Religiosas que possam atuar nesse campo, orientando famílias, evitando assim o grande número de abortos e alertando sobre os prejuízos causados pelo uso de pílulas e outros contraceptivos artificiais.

◆ Sugeriu-se que a CNBB aproveite os Meios de Comunicação Social e a Campanha da Fraternidade para levar às famílias o conhecimento dos métodos naturais de controle da natalidade, sobretudo: a) Método da Ovulação (Muco cervical) (Dr. Billings — Austrália). b) Método da Temperatura (Dr. Rendu — Paris). c) Método Sinto-Térmico (Dr. Lanctot — Canadá).

◆ Às Religiosas que atuam na Educação, enfatizou-se a necessidade de uma cuidadosa preparação de jovens para o matrimônio, segundo o pensamento da Igreja, que reconhece o direito dos cônjuges de decidir o número de filhos e o espaçamento dos nascimentos. É importante preparar os casais para gerarem o “filho de qualidade”.

◆ As áreas rurais e de periferia suburbana, contam, graças a Deus, com um sem número de Religiosas que alí servem o Povo de Deus com alegria. Sugeriu-se que essas Religiosas sejam preparadas para atuar nos Clubes de Mães, Cursos de Noivos, Equipes de Casais, etc., sobretudo nos estratos sociais inferiores, ajudando as famílias a conhecerem e guiarem os mecanismos da fecundidade humana.

◆ As Religiosas do mundo todo têm dado sua valiosa contribuição à educação familiar e sexual, atuando em Conferências Episcopais, de Religiosos, Centros de Orientação Familiar, Comissões pela Família, Centros de Saúde, Hospitais, Movimentos da Planificação Familiar, etc.

Por que não preparar também nossas Religiosas para uma atuação eficiente no campo de Planejamento Familiar? Por que não habilitá-las a orientarem pessoas com problemas físicos ou psicológicos e sobre stress conjugal?

Concluindo

Madre Maria José Torres desincumbiu-se magnificamente da missão que lhe deu a CRB Nacional. A avaliação feita pelas participantes revelou que o Seminário agradou sobremaneira, pela atualidade do tema, pelo clima de oração que acompanhou as reflexões, pelo grande interesse das participantes e sobretudo, pela alta qualidade da expositora que revelou excelente didática, profundos conhecimentos, firmeza nas orientações e grande espírito apostólico.

As religiosas não podem deixar de levar, à população que servem, uma orientação lúcida, segura e fundamentada, sobre como se conduzir frente ao problema demográfico.

As presentes chegaram mesmo a propor que a Congregação de Santa Dorotéia dispensasse Madre Torres do trabalho que realiza em seu Governo Geral a fim de ficar totalmente liberada para esse apostolado familiar, que ela já vem fazendo com tanto êxito. A consciência de que a consagração virginal das Religiosas poupa dos problemas conjugais, leva a seriamente comprometê-las a ser uma presença fraterna e esclarecedora no seio das famílias brasileiras, ajudando-as a contribuírem para uma humanidade mais saudável e feliz, que dê glória ao Criador.

**A
HISTÓRIA
DE
ISRAEL
FONTE
INSPIRADORA
DE
REDENÇÃO
E
CONFIANÇA**

Fr. Ludovico Garmus, OFM

A destruição de Jerusalém marcou o fim da existência nacional de Israel e o início do exílio, um período de extrema importância para a vida do povo eleito e para a formação dos livros bíblicos do Antigo Testamento. Com o fim do reino de Judá interrompe-se o culto oficial e é dissolvida a antiga comunidade cültica nacional. Israel já não constitui uma nação, mas pequenos grupos de indivíduos desnorteados, vagando entre as ruínas que cobriam a terra prometida, ou de dispersos em Babilônia, Egito e nações vizinhas(1).

A grave crise que seguiu a tais dramáticos acontecimentos teve consequências ao mesmo tempo dolorosas e positivas para Israel. Significou um profundo abalo nas convicções religiosas até então consideradas válidas, mas serviu também de ponto de partida para uma renovação da fé do povo de Deus. O fim da monarquia e o início de uma nova fase da história foram uma experiência dolorosa, que exigiu uma purificação de antigas crenças e convicções religiosas. A experiência, contudo, foi muito benéfica para o crescimento espiritual de Israel, que foi buscar na sua história e nas tradições os motivos de renovação (2), para continuar olhando o futuro com confiança.

A crise tornou-se mais aguda nos anos que precederam e seguiram imediatamente à queda de Jerusalém em 587 a.C. Na maneira de os ouvintes reagirem diante da mensagem de Jeremias, em Jerusalém, e de Ezequiel, em Babilônia, nota-se claramente a gravidade da crise.

Difícil notar a presença de Deus em momentos de opressão e de ignomínia.

A palavra de Deus, veiculada pelos profetas, ensina a cada um aproveitar-se dos momentos de crise para renovar-se e crescer espiritualmente. É uma fórmula de convite insistente a ver Deus revelando-se na história e a confiar em sua presença salvífica.

Nela o povo aprendeu a tirar lições do passado para confiar no Deus que agia no presente e garantia o futuro de sua história.

1. Jeremias: confiança em Deus apesar da crise

Os profetas clássicos, há mais de cem anos antes, haviam começado a anunciar algo até então inaudito: Deus iria submeter o seu povo a um julgamento sumário e exemplar por causa dos contínuos pecados (Cf. Am 2,4-16; Os 2,11-15; 9,15-17; 13,16; Mq 3,12; Is 5,5-7; 8,6-10; 22,14). Quando Jeremias anunciava a destruição de Jerusalém e do templo do Senhor, pouco faltou para ser linchado (Jer 7; 26). É que havia tocado numa das crenças mais tradicionais e sagradas, segundo a qual Javé escolhera Jerusalém e o templo como sua morada. Por isso Jerusalém era considerada inviolável. Esta crença, aliás, se fortalecera em 701 a.C., quando a cidade

havia sido miraculosamente libertada da agressão de Senaquerib (2Rs 19,35-37). Como podia alguém ser um enviado de Deus e falar ao mesmo tempo contra o seu templo? Deus nunca haveria de mandar a um profeta seu que anunciasse uma tal coisa. Não seria Jeremias um falso profeta que deveria ser condenado à morte (Cf. Dt 18,20-22)?

Eis as perguntas que agitavam o povo. Foi somente a recordação de uma profecia semelhante sobre a destruição do templo, pronunciada cem anos antes por Miquéias (3,12), que salvou Jeremias da morte certa (Jer 26,16-19), uma vez que os chefes estavam confusos sem saber que atitude tomar diante do Profeta (26,8.16). É numa situação semelhante do passado que foram encontrar a inspiração para o seu proceder no presente. No passado o rei Ezequias e o povo de Judá não condenaram à morte a Miquéias, que também anunciava a destruição do templo. Antes temeram a Deus e lhe pediram perdão. Agora urgia tomar a mesma atitude diante de seu enviado, o profeta. Somente assim impediriam que a ameaça se consumasse (26,19).

Israel podia buscar inspiração para o presente na sua história do passado porque nela se encontrava com seu Deus. Mas Deus era o Senhor absoluto da história de Israel (Am 1-2; 9,7). E como tal, nas suas mãos estava o futuro de seu povo

e de todos os povos da terra. Israel, por meditar a história do passado, tendia a esperar que Deus repetisse no presente as suas ações salvíficas. Javé haveria de continuar protegendo o seu povo como sempre o fizera. Mas os profetas clássicos aos poucos foram mostrando que Javé não tinha nenhum compromisso com o passado pois era também o Senhor absoluto do presente e do futuro. Assim podemos compreender que, quando Jerusalém está cercada pelo inimigo, o rei Sedecias decide consultar Jerusalém sobre as possibilidades de Javé repetir a espetacular salvação da cidade, por ocasião do ataque de Senaquerib descrito em 2Rs 19. Neste sentido dizia: "Talvez o Senhor queira renovar seus milagres a nosso favor, fazendo com que ele se afaste de nós" (Jer 21,2).

A resposta de Jeremias, contudo, põe um termo às expectativas de Javé tornar a combater em favor de Israel. Deus decidira o contrário: "Com toda a força de meu braço vigoroso, com furor, indignação e cólera, combaterei contra vós" (Jer 21,5). Chegara a proibir ao seu Profeta de interceder em favor do povo (Jer 7,16; 11,14; 14,11). Decidira entregar nas mãos de seu "servo" Nabucodonosor, não só Judá, mas todas as nações vizinhas com os seus habitantes (25,9). Era inútil Israel tentar fazer a história voltar para trás, quebrando o jugo de Babilônia que Javé lhe impunha

No meio das crises e provações por que passam as famílias, as comunidades religiosas e a própria Igreja, é urgente aprender a encontrar-se com Deus e dialogar com Ele. Meditar os acontecimentos da história e rever a própria vida são ponto de partida para a renovação interior. E não temer. "Estou convosco todos os dias, até o fim do mundo", Mt 28, 20.

(Jer 27-28). Eram inúteis igualmente os esforços para anular ou abreviar o exílio; aos exilados, que alimentavam tais falsas expectativas, Jeremias escreve: "Procurai mulher e gerai filhos e filhas, procurai mulheres para vossos filhos, e dai vossas filhas a maridos que dêem ao mundo rapazes e moças. Multiplicai-vos em lugar de diminuir. Tomai a peito o bem da cidade para onde vos exilei e rogai por ela ao Senhor, porque só tereis que lucrar com a sua prosperidade" (29,6-7).

Israel devia esquecer seus tempos de monarquia independente e viver na nova realidade de sua história, tirando dela o melhor partido. Na humilhação Deus preparava a salvação que viria no momento por ele estabelecido (29,10-14), para "mudar a sorte" de seu povo (30,3). É nesta esperança que Jeremias compra um campo pouco antes da queda de Jerusalém (32,1-15).

Uma vez cumpridas as ameaças de destruição de Jerusalém, e grande parte da população morta ou de-

portada, um grupo de judeus remanescentes vai consultar Jeremias (42,2-6) a respeito do destino a tomar. O golpe da ruína fora tão brutal que já não sabiam como proceder. O Deus que sempre os salvara parecia tê-los definitivamente abandonado. Que fazer? Somente um profeta poderia informá-los sobre qual o rumo a tomar. Após dez dias Jeremias lhes dá a resposta da parte de Deus, aconselhando-os a sujeitar-se ao jugo de Babilônia, permanecendo na terra, e a desistir da fuga para o Egito. Sujeitando-se, obteriam a devolução de suas terras, pois Javé estaria com eles.

Alguns dos chefes, porém, negam-se a acolher as palavras do Profeta. Contradiziam a afirmação, dizendo que não fora Deus que lhe havia falado: "Não te deu o Senhor, nosso Deus, o encargo de nos dizer que fôssemos morar no Egito" (43,2). Aceitar o jugo de Babilônia parecia-lhes o mesmo que aceitar a morte e o exílio ignominioso (43,3). Preferiam refugiar-se no Egito, para ali viver em paz como forasteiros, longe da guerra (42,14), esperando por tempos melhores. Negaram-se a aceitar a nova situação histórica, desprezando a palavra do profeta que lhes falava em nome do Deus da história. Decidiram, pois, partir para o Egito, arrastando consigo Jeremias. Segundo o Profeta, contudo, era inútil pretender desviar o rumo da história, pois Javé mandaria seu servo Nabucodonosor também contra o Egito (43,8-13). Sujeitar-se ao jugo de Babilônia, porém, não significava que Javé rejeitara defi-

nitivamente Israel, como pensava o povo (33,24-26). O exílio seria passageiro (32,15). Israel seria trazido de volta à sua pátria (23,8) para entrar numa aliança nova e duradoura com Deus (31,31ss).

2. Ezequiel: a crise como ponto de partida para a renovação

Como Jeremias em Jerusalém, também Ezequiel no exílio é um testemunho vivo da profunda crise que abalou o povo de Israel e de como ele reagiu neste difícil contexto histórico.

Ezequiel, ao que tudo indica, foi levado para Babilônia em 597a. C., juntamente com o rei Joaquim (Jecônias) e a primeira leva de deportados (cf. 2Rs 24,10-16), dez anos antes da destruição de Jerusalém. No quinto ano do cativeiro do rei Joaquim (Ez 1,2), ou seja, em 593 a.C., Ezequiel foi chamado por Deus para ser profeta entre os exilados (2,3-3,27) (3). Desde o início é advertido sobre as dificuldades que o aguardavam nesta espinhosa missão. Os exilados não haveriam de acolher sua mensagem, mas seriam para ele como que espinhos e escorpiões (2,6), recusando-se a atender aos seus apelos (3,7). Mesmo assim o Profeta deve admoestá-los, qual sentinela vigilante e atenta aos perigos (3,17-21; 33,7-9), a fim de não se tornar cúmplice no pecado.

Ser profeta no meio de um povo arrancado de sua terra natal e arrastado para um país hostil, estranho e opressor não era nada fácil.

Foi difícil para Ezequiel sobretudo exercer o papel de anunciador de juízo divino, na primeira parte de sua missão profética que antecedeu à destruição definitiva de Jerusalém, entre 593 e 587 a.C. Devia tirar de seu povo sofredor as esperanças, quando era da esperança que mais do que nunca necessitavam. Com efeito, eram grandes as expectativas tanto em Jerusalém (Jer 28,1-4), como sobretudo entre os exilados a respeito de uma possível reviravolta política, que pusesse um fim ao exílio, permitindo a volta imediata dos expatriados e salvando Jerusalém da agressão de Babilônia (4).

Não faltavam razões de ordem religiosa e política. Estava ainda viva a recordação da espetacular libertação de Jerusalém em 701 a.C., fato que fazia parte da epopéia nacional. Outros, mais práticos, contavam com a ajuda do Egito e dos povos vizinhos. De fato, o Egito conseguira infringir uma derrota à Babilônia em 601 a.C., obrigando Nabucodonosor a recuar por uns 3 anos (5). Nesta ocasião, o rei Joaquim conseguira desvencilhar-se do jugo de Babilônia, revolta que em 597 provocou a tomada de Jerusalém e a primeira deportação (2Rs 24,10-16). Quando Ezequiel recebe no exílio o seu chamamento em 593 a.C. a situação em Jerusalém era de grande agitação política. Para lá convergem embaixadores das nações vizinhas a fim de planejar com Sedecias (Jer 27-2-3) uma revolta contra o jugo de Nabucodonosor, que no momento estava às voltas com perturbações internas na Mesopotâmia.

Parece que alguns "falsos" profetas estiveram envolvidos na insurreição, pois Jeremias em sua carta aos exilados (29,21s) anuncia sua execução pelas mãos de Nabucodonosor (5). Animado, talvez, pelas notícias da revolta dos exilados, e instigado pelos "falsos" profetas (27,14-22), especialmente Ananias, que prometia o fim do domínio de Babilônia e a volta dos utensílios do templo dentro de dois anos (28,2-4), Sedecias estuda com os embaixadores vizinhos a oportunidade de uma revolta conjunta contra Babilônia. Esta só não se concretizou naquele momento devido à vigorosa oposição de Jeremias. De fato, Sedecias pouco depois manda mensageiros a Babilônia (29,3), e parece ter ido até pessoalmente para lá (51,59), a fim de assegurar sua lealdade a Nabucodonosor.

É neste contexto de frustrações e expectativas de libertação, que Ezequiel começa a profetizar, anunciando um juízo divino inexorável sobre Jerusalém e sobre o povo que outrora Javé havia escolhido (5,5-17). Apesar de se oporem à mensagem do Profeta quanto à sorte que aguardava Jerusalém e o reino de Judá, que parecia contradizer a fé tradicional, os anciãos, representantes da comunidade exílica, vinham consultá-lo (Ez 8,1; 14,1-11; 20,1-3). Queriam, talvez, saber quais eram as chances de Jerusalém ser salva e de eles voltarem logo para Judá. A resposta de Ezequiel é drástica. Não havia mais esperança de evitar a catástrofe, devido aos pecados e à impenitência permanente de Israel. A idolatria e os cultos pagãos vicejavam

no próprio recinto sagrado do templo (8,6-18). Por isso Javé decidira executar as ameaças de destruição e extermínio, repetidas tantas vezes pelos profetas no passado, a começar do seu próprio templo (9,6-7), "o orgulho do poder e a alegria dos olhos" dos israelitas (24,21). Javé decidira abandonar a sua morada (10,4.18-22; 11,22-25), votando os seus habitantes ao extermínio, para salvar apenas um punhado de assinalados "com uma cruz na frente, os que gemem e suspiram devido a tantas abominações que na cidade se cometem" (8,4).

Para justificar a terrível punição de Jerusalém e de seus habitantes, Ezequiel recorre à história de Israel que ele vê toda semeada de pecados e ingratidões. Javé encontrou Jerusalém miserável e abandonada qual criança espúria rejeitada pelos pais (16,3-5). Compadeceu-se dela, fazendo-a viver e crescer, e quando chegou à flor da idade, desposou-a, elevando-a à dignidade real (16,6-14). Ela, porém, depressa se esqueceu d'Aquele que a escolheu e embelezou, prostituindo-se com os seus ídolos, procurando alianças espúrias com os egípcios, os assírios e os babilônios (16,15-34). Embora escolhida por Deus do meio de todas as nações, perverteu-se tornando-se pior e mais rebelde que todas elas (5,6).

Recorrendo ainda ao simbolismo matrimonial, Ezequiel compara a história do reino de Israel e de Judá a duas jovens, Oolá e Oolibá (23,1-35) que Javé desposou com amor. Oolá (Samaria) esqueceu-se

logo do Senhor, prostituindo-se com os assírios, aceitando e buscando alianças com eles. Tornou-se, porém, a vítima dos mesmos, que a profanaram e degolaram seus filhos. Oolibá (Jerusalém) assistiu à desgraça de sua irmã, que foi para o exílio em 722 a.C., quando caiu o reino do Norte. Mas não aprendeu a lição da história. Continuou a pecar, seguindo os mesmos maus caminhos de sua irmã, e chegando a superá-la em requintes de infidelidade. Buscou também ela alianças com os assírios e com os babilônios, prostituindo-se a eles com maior devassidão (23,11ss). Por isso, a mesma sorte que coube à sua irmã Samaria, estava também reservada a Jerusalém: destruição, morte, ruína e exílio (23,22ss).

No capítulo 20 Ezequiel, em um novo requisitório profético, busca na história passada (vv. 5-25) as razões da terrível punição que estava para cair sobre Jerusalém e o povo eleito (7). Já no momento em que Javé decidira escolher Israel no Egito, diz ele, o povo relutava em rejeitar os ídolos (20,5-8a). Javé quase os aniquilara lá mesmo no Egito, antes de começar a libertá-los (20,8b). Desistira de seu tenebroso plano unicamente por causa de seu nome. Em vez disso, tirou Israel da escravidão do Egito, conduziu-os ao deserto, onde lhes deu as leis capazes de lhes dar a vida quando observadas (20,9-11).

Mesmo assim eles se revoltaram, quase levando novamente Javé a aniquilá-los. Só não acabou ali a história do povo eleito porque Deus os poupou por causa do seu nome (20,13-14). Mas para servir de

exemplo puniu a geração que havia tirado do Egito, impedindo-a de entrar na terra prometida (20,15-17). Os filhos desta geração, porém, não aprenderam a lição da história. Também eles imitaram seus pais, deixando de cumprir as leis do Senhor, atraindo sobre si a ira divina. Deus só não os exterminou, novamente, por causa de seu nome (20,18-22). Em vez disso jurou que haveria de dispersá-los entre as nações (20,23).

Neste reexame sombrio da história de Israel anterior à entrada em Canaã, Ezequiel busca uma explicação para o exílio. Nesta perspectiva o exílio aparece como uma justa punição divina. Não só isso. Poder-se-ia dizer que é até mesmo um sinal da misericórdia divina. Pois se Javé quisesse agir com justiça, deveria eliminar para sempre o povo, que havia eleito. Mas como no passado Deus havia agido por amor de seu nome, poupando o povo e salvando os filhos (20,17-20), e quando estes pecaram ameaçando-os apenas com o exílio (20,23), também agora agia por amor de seu nome. Não os exterminava completamente (cf. 5,4; 9,4), mas lhes concedia com nova moratória no exílio, na esperança de uma conversão. Sua confiança, porém, não se baseava (7) no fato de que Deus agiu no passado, mas na fidelidade de Deus que agia por causa de seu nome (cf. Ex 3,13-15; Ez 20,9.14.22; 36,22).

Talvez em razão desta persistência de Ezequiel em procurar na história passada de Israel (cf. 5,5-6a; 16,15-34; 20,5-25; 23,1-21) a motivação dos castigos divinos, corria

entre os exilados um irônico provérbio a respeito da justiça divina aparentemente falha: "Os pais comeram uvas verdes, mas são os dentes dos filhos que ficam embotados" (18,2). Era justo punir com tal rigor os filhos pelos pecados dos pais? Por isso o Profeta aproveita toda a ocasião para mostrar que o povo continuava pecando da mesma forma como no passado. Com pormenores descreve a idolatria que reinava no próprio templo de Jerusalém (8,6-18), enquanto a cidade estava repleta de crimes, injustiças e violências (11,6-7; 22,2-12.25-30). Até os exilados, apesar de sentirem na própria carne a punição divina não se convertiam, nem abandonavam os seus ídolos (14,6; 18,25-32; 20-30-31).

Após a destruição de Jerusalém a situação entre as ruínas de Judá e no meio dos exilados tornava-se cada vez mais deprimente. Alguns dos deportados pareciam estar dispostos a apostatar da religião dos pais, julgando terminada a história de Israel como povo eleito: "Iremos fazer como as nações, como as raças da terra, rendendo culto à árvore e à pedra" (20,32). A eles Ezequiel anuncia um novo êxodo (20,33-34), uma nova condução pelo deserto (20,35), onde haveria de julgar o seu povo como o fizera outrora (20,10-25) para eliminar do meio deles os rebeldes (20,36-38). Somente então os reconduziria à sua montanha santa de Sião (20,40ss) onde seria novamente restaurada a comunidade cultural de Israel. O Profeta fala do futuro à luz de seu esquema da história

do passado, para tirar uma lição para o presente.

A história do povo eleito haveria de continuar, mas sem eles. A história torna-se uma fonte de inspiração e de orientação para o comportamento na dura situação do exílio. S. Paulo, no Novo Testamento, verá de maneira semelhante a história, especialmente o Êxodo, não como simples memória do passado, mas como fonte de inspiração e admoestação para o presente. Eis o que escreve, advertindo a comunidade de Corinto:

“Os nossos pais estiveram todos debaixo da nuvem, todos atravessaram o mar; todos foram batizados em Moisés, na nuvem e no mar; todos comeram do mesmo alimento espiritual; todos beberam da mesma bebida espiritual... Não obstante, a maioria deles desgostaram a Deus, pois seus cadáveres cobriam o deserto. Estas coisas aconteceram para nos servir de exemplo, a fim de não cobiçarmos coisas más, como eles as cobiçaram” (1Cor 10,1-6).

Depois de muito insistir na tese de que o povo de Israel sofria o castigo do exílio, não por causa dos próprios pecados (Ez 18; ... 14,12ss), Ezequiel constata que os exilados parecem desesperar sob o peso de sua culpa: “Não cessais de repetir: São os nossos delitos e os nossos pecados que pesam sobre nós: eis por que perecemos. Como poderemos subsistir” (33,10)? Esta frase, que sintetiza um sentimento generalizado no meio do povo, mostra que o mesmo começou a olhar o seu passado, especialmente a destruição de Jerusalém, sob uma no-

va luz. Começaram a ler os acontecimentos à luz da fé, dando razão aos profetas que já há muito haviam advertido para esta desgraça, provocada pela contínua infidelidade. Custava-lhes, porém, tirar dos fatos a lição mais importante, que tanto sublinhavam os profetas: a **conversão** (cf. Jer 7,3-7; 26,4-19).

Ao citar esta frase do povo Ezequiel torna a insistir na conclusão mais vital que o povo devia tirar da história: “Por minha vida — oráculo do Senhor Javé — não me comprazo com a morte do pecador, mas antes com a sua conversão, de modo que tenha a vida” (33, 11; cf. 18,30-32). Ao povo, que diante de seus olhos via apenas a morte, o Profeta anuncia a vida e aponta a conversão como o caminho para a mesma. Nota-se aqui que fatos idênticos podem falar de maneira bem diferente ao que tem e ao que não tem fé!

À medida que se prolongavam os anos do cativo, o caminho da conversão apontado pelo Profeta para chegar à salvação, parecia aos exilados cada vez mais difícil, se não impraticável. Abatidos e desanimados pelo longo exílio, os israelitas comentavam entre si: “Nossos ossos estão secos, nossa esperança está morta; estamos perdidos” (37, 11)! Considerando a desgraça que caíra sobre eles, já não viam uma perspectiva de dias melhores. Parecia-lhes que Deus os abandonara, decretando o seu desaparecimento definitivo. É então que Ezequiel eleva seu anúncio cheio de esperança numa ação próxima de Deus, que haveria de restituir a vida a este imenso campo de ossos (37,

1-10) com que se pareciam os israelitas: "Ó meu povo, vou abrir os vossos túmulos; eu vos farei sair deles para vos transportar à terra de Israel" (37,12)!

Ezequiel faz este anúncio incondicional de salvação sem ainda entrever na situação histórica contemporânea o mínimo indício de que Deus estava para levar seu povo de volta à Terra prometida. Pouco depois, o Dêutero Isaías poderá apontar em Ciro (559-539 a.C.), que começava a aparecer nos cenários da história, o servo escolhido por Javé para executar os seus planos de salvação (Is 41,1-5; 45,1ss.13). O que movia Ezequiel a fazer tal anúncio não eram evidências históricas, mas a fé inabalável em Deus, o qual, mesmo punindo, não abandonava o povo. Sua maneira de julgar os acontecimentos históricos diferia daquela dos exilados, porque os lia à luz desta fé. Ezequiel era capaz de perceber uma continuidade entre a ação salvífica de Deus no passado, e aquela do presente e do futuro.

O povo, ao contrário, esperava a pura repetição dos fatos salvíficos do passado. Como Deus os salvara no passado devia agora salvar Jerusalém da destruição, e o povo da dominação babilônica. Como tal não acontecera, concluíram que Deus os abandonara. Os profetas, de modo especial, Jeremias e Ezequiel, queriam mostrar que Javé não abandonara seu povo, mas insistiam, ao mesmo tempo, na maneira nova de Deus agir na história de Israel: ameaçando com a ruína nacional e o exílio. Esta punição drástica, que se realizara em 587 a.C., porém, era no modo de ver de

Ezequiel e de Jeremias, temporária. Deus haveria de restabelecer sua aliança com os exilados (Jer 31,21s; Ez 34,30), incutir-lhes um novo espírito e transformar-lhes o coração (Jer 31,33; Ez 36,24-28), reconduzindo-os à terra prometida (Jer 23,8; Ez 11,17-20).

3. Conclusão

Poderíamos estender esta análise a outros livros bíblicos. Mas as breves considerações que tecemos em torno dos livros de Jeremias e de Ezequiel, bastam-nos para avaliarmos a importância da crise do exílio na história. Guiado por estes grandes profetas, que marcaram com a sua ação o início do exílio, o povo eleito aprendeu a perceber a presença de Deus não só nos momentos gloriosos do passado, quando Deus mostrara o seu poder vencendo os inimigos, mas também agora que os entregara nas mãos das potências políticas daquele tempo. Já antes do exílio Israel começara a ler a presença de Javé na sua história, através das obras históricas do Javista (séc. X) e do Eloísta (séc. X-IX).

Estas sínteses, porém, foram compostas em épocas de paz e prosperidade, respectivamente dos reinos de Judá e de Israel. Difícil era notar a presença de Deus em momentos de opressão e ignomínia nacional, como o do exílio. Mas, graças sobretudo aos profetas, Israel aprendeu a aproveitar-se dos momentos de crise para renovar-se e crescer espiritualmente. Aprendeu a confiar em Javé, cujo nome já por ocasião do êxodo foi associado à sua manifestação livre e ativa na

história de Israel (8). Este parece ser também o sentido da fórmula "e eles (ou vós) (re)conhecerão que eu sou Javé", repetida mais de 50 vezes no livro de Ezequiel e que acompanha o anúncio de intervenções tanto punitivas como salvíficas na história do Israel (9). Esta fórmula é um convite insistente dirigido a Israel a ver Deus revelando-se na história e a confiar em sua presença salvífica.

Creio que não será necessário insistir nas aplicações práticas desta experiência de Israel, que aprendeu a encontrar-se com Deus e a dialogar com Ele nos acontecimentos positivos e negativos de sua história, para os nossos dias. Deus nos fala também hoje através dos fatos de nossa vida pessoal, no meio

das crises e provações por que passam as famílias, as comunidades religiosas e a própria Igreja. Dos profetas e da Bíblia em geral, podemos aprender a crer na presença de Deus em nossa vida e na história dos homens. Contemplando os acontecimentos e o mundo que nos cerca com este olhar da fé, seremos capazes de renovar-nos interiormente, e confiarmos em Cristo que venceu o mundo (cf. Jo 16,33). Pela experiência do povo de Deus somos convidados a fazer da meditação da história e da revisão de vida um ponto de partida para uma contínua renovação interior, e a permanecermos abertos à ação de Cristo, que prometeu estar conosco até à consumação do mundo (Mt 28,20). Ele é o único realmente capaz de nos renovar.

NOTAS

1. Sobre a situação do Povo Israelita após a queda de Jerusalém, ver: NOTH, M., *Geschichte Israels*, Göttingen, 1966, 261-270, e HERMANN, S., *Geschichte Israels in alttestamentlicher Zeit*, Munique, 1973, 335-361. 2. NOTH, M., *Geschichte Israels*, 269. 3. O ministério exclusivamente babilônico de Ezequiel parece ser hoje a opinião mais segura, contra a tese de um ministério apenas na Palestina, ou de um duplo ministério, parte na Palestina e parte em Babilônia. Cfr. ZIMMERLI, W., *Ezechiel*

(BK XII), Neukirchen, 1962-1969. 4. HERMANN, S., op. cit., 344. 5. HERMANN, S., op. cit., 339. 6. BRIGHT, J., *Jeremiah* (AB 21), L-II. 7. GARMUS, Ludovico, *O juízo divino na história: a história de Israel em Ez 20, 1-44*. Ed. Vozes, Petrópolis, 1975. 8. A resposta "Eu sou Aquele que sou" (Êx 3, 14) dada a Moisés que pergunta pelo nome da Deus, parece significar "estarei aí em função de vós". Cfr. RAD von G., *Teologia do Antigo Testamento*, I, ASTE, São Paulo 1973, 186-191. 9. Veja, por exemplo, Ez 6,7.13s; 11, 10; 12, 15s.20; 20,26.38.42.44; 36, 11.23.38, etc.

OS JESUÍTAS E O MOVIMENTO BRASILEIRO DE REFORMA CATÓLICA NO SÉCULO XIX

Riolando Azzi

Em 1759, por influência de Pombal, os Jesuítas foram expulsos do Brasil. Encerrava-se nessa data a primeira fase de atuação dos jesuítas, fase esta em que se destacaram pela atividade missionária entre os índios e pela ação educativa através dos colégios. Durante o período imperial, os jesuítas voltaram paulatinamente a se instalar no Brasil. A volta dos jesuítas fez-se de uma forma mais ou menos velada, pois o espírito antijesuítico era ainda muito forte entre liberais e maçons principalmente.

A restauração da Companhia de Jesus no Brasil consolidou-se pelo apoio que ela recebeu do movimento dos bispos reformadores (1). Por

sua vez, os jesuítas tornaram-se valiosos colaboradores do movimento, apoiando a reforma católica, segundo os moldes tridentinos. Deste modo os jesuítas se colocam na mesma linha de atuação das novas Congregações religiosas que passam a trabalhar no Brasil por convite expresso dos bispos reformadores como as Filhas da Caridade, os Padres da Missão, os Salesianos, os Dominicanos, as Irmãs de São José e outras mais (2).

“A única compensação, aliás, grande, ao enfraquecimento das Ordens monásticas, afirma Mons. Paulo Camargo, foi o devotamento das novas Congregações que aqui se estabeleceram, v.g. Lazaristas, Irmãs da Caridade, Salesianos, novamente a Companhia de Jesus, que se entregaram aos trabalhos dos seminá-

rios, à educação da juventude, obras de caridade, pregação evangélica, etc. (3). Depois dos Padres da Missão, foram de fato os jesuítas a segunda Congregação masculina que efetivamente se colocou diretamente ao lado dos bispos reformadores, já que os frades capuchinhos exerciam suas atividades mais vinculados ao próprio governo imperial(4).

Falando da atuação dos religiosos na época imperial, Júlio Maria afirmava em 1900:

“Não só os lazaristas, também os jesuítas, antigos evangelizadores do Brasil, lhe têm prestado, depois que voltaram à região onde o exílio deles não tinha apagado a fama de seus feitos heroicos, grandes e preciosos serviços na educação da juventude, que enche os seus colégios, presentemente reputados em todo o país, como os mais completos estabelecimentos de instrução secundária” (5).

Neste estudo queremos enfatizar alguns aspectos da colaboração dos jesuítas ao movimento dos bispos reformadores do século passado.

1. Os jesuítas no Rio Grande do Sul

A primeira região em que se instalaram os jesuítas na época imperial foi o Rio Grande do Sul. Duas causas principais facilitaram o reingresso e permanência dos jesuítas:

Em primeiro lugar, a província do Rio Grande do Sul estava afastada dos centros onde mais se desenvolvia a ação da maçonaria e dos liberais, como Rio de Janeiro, Bahia

e Recife. Em segundo lugar, porque nessa província começavam a afluir as primeiras levas de emigrantes, alemães e italianos, o que facilitava a permanência dos jesuítas, pela aceitação que tinham entre eles como capelães.

Os primeiros jesuítas chegaram ao Rio Grande do Sul em 1842, quando ainda não fora criada a diocese de Porto Alegre. Não obstante, a entrada deles foi facilitada pelo Cônego Tomé Luís de Souza, que desde 1843 era nomeado vigário geral da província de São Pedro.

“Na história da Companhia de Jesus, escreve o Pe. Luís Gonzaga Jaeger, o bom Cônego Tomé Luís de Souza ocupa um lugar de peregrina gratidão. Quando, em 15 de outubro de 1842, aportaram em Porto Alegre os dois primeiros jesuítas, espanhóis de nacionalidade, expulsos da Argentina pelo tirano Rosas, encontraram a cidade em festa pela nomeação havida em 28 de setembro anterior, do glorioso Barão de Caxias como presidente e comandante em chefe das armas imperiais da província. Os dois forasteiros foram bater à porta do Cônego Tomé, que os recebeu com os braços abertos, fazendo questão fechada de hospedá-los sempre em sua casa, e não consentindo que os padres jesuítas se recolhessem na Caridade ou Santa Casa, que naquela quadra ficava muito fora da cidade, embora ocupasse o lugar de hoje, e não passava de uma miniatura do que é agora. Só mais tarde, quando dona Delfina Carlota de Araújo Brusque lhes pôs à disposição o prédio nº 199 da rua do Arvoredo, hoje Cel. Fernando Machado, o caridoso Cô-

Os jesuítas fixaram-se e atuaram em seis das doze dioceses existentes na época imperial: Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Olinda, Mariana e Goiás.

Nas outras seis: Pará, Maranhão, Ceará, Bahia, Diamantina e Mato Grosso, atuaram apenas em eventuais missões populares ou em pregações de retiros.

nego Tomé se conformou com a mudança dos padres”.

Já no ano seguinte esses dois jesuítas espanhóis, padres Sató e Coris, iniciaram suas atividades pastorais pregando missão entre o povo.

“Quanto não teria gozado a alma fervorosa do cura da matriz, acrescenta o Padre Jaeger, ao ver como na grande missão pregada na quaresma de 1843 afluíu uma assistência jamais vista em Porto Alegre, e como no dia das confissões dos homens, os oito confessores não foram suficientes para satisfazerem ao número de penitentes” (6).

Juntamente com dois irmãos auxiliares, os jesuítas fundaram a comunidade religiosa de Porto Alegre. A amizade do Cônego Tomé foi fundamental para a fixação dos jesuítas no Brasil, após 83 anos da

expulsão. Em 1843 o cônego era nomeado vigário geral com o título de “visitador perpétuo da Província de São Pedro”.

A 11 de fevereiro de 1853 foi criado o bispado de Porto Alegre. O novo bispo, D. Feliciano Prates, quando menino, fora aluno de latim do cônego, e o confirmou no cargo de vigário geral do bispado. D. Feliciano tomou posse a 30 de julho de 1853, com setenta anos de idade, falecendo depois de cinco anos, a 27 de maio de 1858. Foi o segundo bispo, D. Sebastião Dias Laranjeira, quem implantou na diocese o espírito da reforma católica. O prelado valeu-se explicitamente da colaboração dos jesuítas na organização do Seminário Diocesano.

“Em 1860, escreve o Pe. Fernando de Macedo, o Padre Geral

da Companhia enviou a pedido do segundo bispo do Rio Grande do Sul, D. Sebastião Dias de Laranjeira, padres italianos para substituírem os espanhóis. Os primeiros chegados foram os Padres Carlos Misir e Rafael Tuveri, em cuja companhia veio também o escolástico Chirardini. Tomaram logo a direção do Seminário Episcopal e trabalharam além disso com proveito nos hospitais, na cadeia e em diversas igrejas” (7).

A presença desses jesuítas italianos merece destaque especial, pelo clima romano que imprimem na formação do clero.

“Entre 1844 e 1875, escreve o Pe. Gianfausto Rosoli, conhecemos os nomes de uns sessenta sacerdotes italianos, quase todos seculares, que foram párocos, curas ou coadjutores em localidades dispersas por todo o estado. A esses devemos acrescentar os numerosos jesuítas italianos que, além de vários colégios, assumiram a direção do Seminário Diocesano em 1866 a convite do bispo Dom Sebastião Dias Laranjeira... Observemos que naquela época, no seminário diocesano de Porto Alegre era obrigatório o estudo da língua italiana para os filhos dos italianos, para os quais, no curso de teologia, foi instituída também uma cátedra de eloquência em italiano” (8).

Para o trabalho entre os imigrantes alemães vieram em seguida os jesuítas da Província Germânica.

“Foram por esse tempo vindo padres da Província Germânica, que fundaram residências nas diferentes colônias e aceitaram no ano de 1869 a administração da importante pa-

róquia de São Leopoldo. Nesse mesmo ano o Superior Geral confiou definitivamente a Missão do Rio Grande aos jesuítas alemães. O Colégio de São Leopoldo foi inaugurado na festa de Santo Inácio do ano de 1870” (9).

Também o terceiro prelado de Porto Alegre, D. Cláudio Ponce de Leon, importante bispo do movimento reformador, valeu-se da colaboração da Companhia de Jesus, já solicitada anteriormente como bispo de Goiás. Em 1890 o bispo confiava o Seminário diocesano à direção dos Padres da Companhia da Província Germânica, que lá permaneceram até o ano de 1900 (10).

2. Os jesuítas na diocese de São Paulo

A diocese de São Paulo foi inserida plenamente no movimento de reforma católica durante o governo episcopal de D. Antônio Joaquim de Melo (1852-1861) (11). Sua obra mais importante foi a criação do seminário episcopal, tendo solicitado repetidamente a colaboração dos jesuítas nessa obra, embora inutilmente. A esse respeito, escreve o cônego Camargo:

“Lê-se na **Reseña Histórica de la Mision de Chile-Paraguai** que os jesuítas expulsos da Argentina chegaram a Santa Catarina e aí se estabeleceram. D. Antônio escreveu uma carta pedindo seis padres para o Seminário. O Padre Mariano Berdugo, superior da Missão, respondeu que a falta de pessoal lhe impedia atender. Recorreu ao Padre Geral da Companhia de Jesus; D. Antônio

não conseguiu jesuítas para o seminário” (12).

Não sendo atendido em sua solicitação, o bispo recorreu diretamente ao Papa Pio IX que lhe enviou padres capuchinhos da Savoia. Foi durante o curto governo do seu sucessor D. Sebastião Pinto do Rego (1836-1868) que os jesuítas se estabeleceram em Itu, onde desde os tempos de D. Antônio de Melo se haviam instalado as Irmãs de São José.

“Por um desses casos, escreve o Padre José Maria Mantero, que no estreito horizonte das vistas humanas parecem acasos, a 25 de agosto de 1863 embarcaram de Bordéus, no vapor Guyenne, em demanda do Brasil, três sacerdotes. Era um deles o Pe. Anselmo Goud, capelão das Irmãs de São José de Chambéry, estabelecidas desde 1857 em Itu, para onde ele regressava de uma viagem à Europa, trazendo mais algumas religiosas. Os outros dois eram o Pe. Jacques Razzini, da Companhia de Jesus, visitador, encarregado principalmente de negociar com a Assembléa Legislativa Provincial de Santa Catarina a abertura, na cidade do Desterro, de um colégio, o qual tinha sido solicitado ao Revdo. Padre Geral da mesma Companhia, e seu companheiro Pe. Emílio Pardochei.

“No correr de longas práticas que entre si mantinham todos os dias e com as quais iam entrecortando o enfado da vida monótona dos navegantes, raiou no espírito do Pe. Anselmo Goud a idéia de um colégio de meninos em Itu, e refletindo-a na mente do Pe. Razzini, convidou-o a desembarcar em sua via-

gem para o Sul do Brasil na cidade de Santos, subir a serra acima e vir a Itu para tratarem juntos da executabilidade dessa idéia; enquanto ele, precedendo-o em sua viagem, iria preparar os ânimos para esse cometimento.

“Cumprindo a palavra dada, o Pe. Razzini, após curta permanência no Rio de Janeiro, descia em Santos, com seu companheiro. Depois de um breve descanso no seminário de São Paulo, segundo seu roteiro, chegaram os jesuítas viajantes a esta cidade (Itu), onde encontraram seu bom amigo Pe. Goud, e com ele já principiadas as primeiras tentativas de um colégio” (13).

Foi fácil assim consolidar a idéia de um colégio jesuíta em Itu. O vigário da paróquia, Pe. Miguel Correia Pacheco, ofereceu aos jesuítas já em 1864 o abandonado convento dos franciscanos e recolheu em subscrição 8.000 francos para a viagem e instalação dos professores (14). A 13 de dezembro de 1865 chegavam a Itu o Padre Antônio Honorati, primeiro reitor do Colégio, o Padre Bartolomeu Taddei e dois irmãos. Entretanto, o espírito antijesuítico era ainda forte na província paulista e começaram a surgir as dificuldades.

“Foi bastante saber-se que o corpo docente do novo estabelecimento era composto de jesuítas, acrescenta o Padre Mantero, para que o Inspetor Provincial da Instrução Pública negasse perentoriamente ao Revmo. Padre Miguel Correia Pacheco a necessária licença para a fundação já prometida e que de todos os lados surgissem e se multiplicassem as oposições, os obstácu-

los, os ataques, não valendo, além da operosidade, paciência e constância do Padre Visitador, os esforços de animosos e dedicados ituanos, a fim de levar adiante a obra projetada.

“Em lutas e incertezas passou o ano de 1866 e surgiu o de 1867 sem brilhar no horizonte nublado nenhum raio de luz, dando esperanças de se conseguir a desejada licença para a fundação do colégio. Embora confiado na Providência, e não obstante a sua tenacidade e fortaleza de coração, o próprio Pe. Honorati ia já sentindo os abalos do desânimo, informando os Superiores sobre as críticas circunstâncias em que se achavam ele e seus companheiros.

“Alguns de nossos amigos ituanos pressentiram o desenlace final para onde caminhavam seus projetos, compreendendo a necessidade de tentar os últimos esforços para não serem vencidos. Dirigiram-se a São Paulo dois dentre eles, os Srs. Antônio Augusto Guaianaz da Fonseca e Tenente Luciano Francisco de Lima. Encontrando no Inspetor de Ensino a mais obstinada resistência, regressou o tenente Lima a Itu, seguindo o Sr. Guaianaz para o Rio de Janeiro em busca de elementos mais poderosos e eficazes. Na volta da corte, alcançou finalmente o nosso intermediário licença para que se abrisse o Colégio São Luís, sob o nome e direção do sacerdote brasileiro Padre Jerônimo Pedroso de Barros, amigo sincero dos jesuítas, e mais tarde cônego da catedral de São Paulo.

“Juntamente com a notícia da liderança, chegou ao Padre Honorati

ordem dos Superiores de desistir da fundação do colégio; ordem essa que teria imediata execução se não ocorrera que na mesma ocasião o inspetor provincial, mau grado seu, se achasse constrangido a facultar a abertura do colégio ituano. Mudadas assim repentinamente as circunstâncias, sem mais delongas abriu-se o Colégio São Luís no dia 12 de maio de 1867, festa do patrocínio de São José, celebrando-se esse acontecimento com a maior pompa possível naqueles tempos. Provisoriamente ficou instalado o Colégio no convento franciscano de Itu, para esse fim alugado ao Revmo. Padre Vigário, Miguel Correia Pacheco, pelo prazo de dois anos” (15).

O octogenário Padre José Galvão de Barros França ofereceu aos Padres da Companhia a chácara que herdara de seu tio ex-jesuíta José de Campos Lara. Esse edifício servira provisoriamente ao Seminário do Bom Conselho, fundado pelo Irmão Joaquim do Livramento, um dos mais importantes apóstolos leigos do Brasil (16); essa instituição se extinguiu em 1861.

A 19 de fevereiro de 1872, os jesuítas reabriram as aulas no novo prédio do Colégio São Luís, recebendo em abril desse ano a visita do novo bispo de Pernambuco D. Frei Vital de Oliveira. D. Vital seria um dos defensores da presença dos jesuítas no Brasil.

O colégio de Itu transformou-se num potente centro de promoção do movimento de reforma católica do Brasil, formando a juventude católica numa nova visão de Igreja, fundamentada na adesão à Santa Sé

e na vida sacramental. Ao mesmo tempo o Pe. Bartolomeu Taddei transformava-se no apóstolo da devoção ao Coração de Jesus e o promotor do Apostolado da Oração.

3. Os jesuítas na diocese de Pernambuco

Em Pernambuco os jesuítas se estabeleceram no governo de D. Manuel de Medeiros, que implantou na diocese o movimento reformador. D. Medeiros, que fora anteriormente secretário de D. Macedo Costa no Pará, tinha sido por este enviado para Roma com a finalidade de completar os estudos teológicos.

Estando em Roma em 1865 como bispo eleito e confirmado, D. Medeiros conseguiu do papa Pio IX, mediante entendimentos prévios com o Cardeal Antonelli e o Superior Geral da Companhia, três padres da Província Romana para sua diocese. Esses jesuítas chegaram em Pernambuco em fevereiro de 1866. A grande preocupação do bispo era a reforma do seminário, como já anunciara em sua carta pastoral de 21 de janeiro de 1866, dia de sua posse.

“Temos ardentes desejos de dotar esta nossa diocese escrevia ele, de um clero ilustrado, zeloso, morigerado e piedoso, e como isso depende de um bom seminário, nós anelamos elevar o seminário de Olinda a seu primitivo estado de florescimento... Envidaremos todos os meios que nossos recursos nos permitirem, para que nosso seminário seja um bom viveiro, onde os jovens da nossa diocese, como avezinhas mansas, sejam nutridos nas sãs e puras doutrinas da fé ca-

tólica; um belo horto, onde como plantas mimosas sejam os aspirantes ao sacerdócio sempre vivificados nos robustos sentimentos de piedade, fortalecidos em suas convicções católicas, despidos de todos os prejuízos, compenetrados da necessidade de um santo temor de Deus, convencidos de quanto seja nocivo o fanatismo, e animados de um santo horror à hipocrisia, que é um sentimento vil e indigno de toda a criatura que professa as santas doutrinas das verdades evangélicas” (17).

D. Medeiros aproveitou os jesuítas na obra de reforma do seminário, nomeando o Padre Mário Arcioni professor de teologia moral e o Padre Bento Pozio Schembri, professor de direito canônico, cadeiras que regeram até a fundação do Colégio São Francisco Xavier no Recife em fevereiro de 1868.

A 1º de março de 1866 foi nomeado reitor do seminário o padre italiano Gregório Lipparoni, que D. Medeiros trouxera consigo de Roma. No dia 6 de março foram lidos aos alunos os novos estatutos do seminário, mandados observar pelo novo bispo, e como os considerassem rigorosos demais “retiraram-se muitos moços” (18).

O bispo não chegou a levar avante seus planos de reforma pois veio a falecer meses depois, a 16 de setembro de 1866, quando iniciava a visita pastoral na cidade de Maceió. Em princípios de 1868 começou a funcionar no Recife o Colégio São Francisco Xavier, sob a direção dos jesuítas. A 2 de agosto desse mesmo ano assumia a direção da diocese Dom Francisco de

Cardoso Aires, religioso rosminiano e pernambucano de nascimento.

O novo bispo procurou levar avante a obra reformadora iniciada pelo seu predecessor, valendo-se também da colaboração dos jesuítas. Um dos projetos de D. Cardoso Aires era iniciar na diocese a prática do retiro espiritual para o clero, cuja pregação seria confiada aos padres jesuítas. Não obstante, levantou-se em Recife uma celeuma muito forte contra os padres estrangeiros.

Surgiu mesmo um projeto de lei para a expulsão dos lazaristas e dos jesuítas com data de 22 de abril de 1869, assinado pelos deputados Lopes Machado e Amaral Melo. Em discursos pronunciados na Assembléa Legislativa se exigia a expulsão de todos os padres estrangeiros.

A casa dos jesuítas chegou a sofrer atos de vandalismo. O Pe. Villemain, lazarista, referindo-se a esses acontecimentos, escrevia:

“A Assembléa Provincial nos expulsou por um voto apenas de maioria, mas o Presidente da Província não quis ratificar a lei. A partir de então nos suportam: o grande mal do país é a indiferença. Na época do saque da casa dos jesuítas fomos muito insultados” (19).

A 28 de abril de 1869 o bispo D. Cardoso Aires publicava uma pastoral de desagravo.

“Consenti, amados filhos, que o vosso bispo vos dirija uma palavra de paz e amor, agora que o frêmito das paixões, em vós excitados por alguns indiscretos cessou, deixando-vos enfim a liberdade de reflexão.

Fomos ultrajados em nos ver obrigados a suspender por prudência os exercícios espirituais que estávamos dando ao nosso clero; fomos ultrajados em pretender-se de nós que esquecêssemos do nobre sentimento de hospitalidade para com pessoas de outros países, as quais pacificamente vivem entre nós na prática de boas obras, em nosso mesmo proveito” (20).

O apoio dado pelo bispo aos religiosos estrangeiros, servindo-se deles como seus colaboradores, criou contra ele uma hostilidade bastante generalizada.

“No curto governo de pouco mais de um ano do seu episcopado, afirma Pareira Costa, alguns fatos deram-se que fizeram-no tragar a largos sorvos o cálice da amargura. A denegação da sepultura no cemitério público ao cadáver de uma das maiores glórias de Pernambuco, o general José Inácio de Abreu e Lima, e o retiro espiritual imposto ao clero, no convento de São Francisco do Recife, com a leitura do catecismo todos os dias feitas por padres estrangeiros, e a subsequente proibição do público de assistir a esses atos, fizeram amortecer aqueles ânimos que tanto se manifestaram de amor e entusiasmo à sua nomeação, à sua chegada a Pernambuco; extremaram-se os partidos, a imprensa manifestou a sua opinião pró e contra, e os exaltados foram injustos para com o ilustre prelado, e até com as cores políticas se tentou revestir os seus atos. Mas a obra executada pelo seu antecessor D. Emanuel de Medeiros e seguida por ele, ia ser interrompida pela sua morte” (21).

D. Francisco de Cardoso Aires veio a falecer a 14 de maio de 1870 quando assistia em Roma ao Concílio Vaticano I. A oposição aos jesuítas continuou ainda no episcopado de D. Vital de Oliveira, que assumiu o governo da diocese em 1872.

Em 1873, já durante a Questão Religiosa, intensificou-se a campanha contra os jesuítas, culminando com a sua expulsão da província. O Padre Fernando de Macedo resume esses acontecimentos nos seguintes termos:

“Poucos anos andados da fundação de Itu, abriu a Missão Romana outro instituto de ensino na capital de Pernambuco, o qual em 1873, durante a Questão Religiosa, de triste memória, foi assaltado e saqueado, a igreja profanada, saindo alguns religiosos gravemente feridos e sendo desterrados outros” (22).

O bispo D. Vital assumiu a defesa dos religiosos expulsos.

“O governo frei Olívola, desterrou os jesuítas de Olinda, e Dom Frei Vital escreveu a carta **A Maçonaria e os Jesuítas**. É um escrito luminoso e eruditíssimo de 139 páginas que foi reproduzido em várias folhas católicas do império. Ecoou também na Europa com os maiores elogios, e foi impresso em livro com prólogo e notas, na cidade de Guimarães, Portugal, em 1876” (23).

A carta foi escrita a 9 de março de 1875. Nessa pastoral, D. Vital dedica um item especial às Calúnias contra os Jesuítas de Pernambuco e sua Justificação.

“Muito há, bem o sabemos, Irmãos e Filhos muito amados, escreve o bispo, que ansiosos esperais alçemos a nossa fraca voz em defesa de uma bela e importante porção do nosso mimoso rebanho, para demonstrar a clamorosa injustiça de que foram vítimas alguns ilustres sacerdotes estrangeiros, e com que se tentou embaciar o refulgente brilho da ínclita Companhia de Jesus, que tão assinalados serviços há prestado ao vosso humilde Pastor na Cultura da vinha do Senhor” (24).

Os jesuítas eram acusados de ter incitado o povo nos tumultos que se efetuaram naquela época em Pernambuco e na Paraíba. Inegavelmente, como muito bem esclarecia D. Vital, o motivo mais forte era a adesão dos jesuítas ao movimento dos bispos reformadores.

“Incontestavelmente a única razão da violenta expulsão daqueles preclaros ministros do Senhor, que não dobraram o joelho ante o grande ídolo da hodierna apostasia... foi terem eles preferido acompanhar, ajudar, prestar o seu concurso aos bispos perseguidos no desempenho do múnus pastoral, do que favorecer pela inação, silêncio, abstenção, à obra iníqua da sacrílega maçonaria; foi antes haverem querido permanecer fiéis aos princípios católicos, consagrados no Syllabus, do que abraçar, **saltem tacite**, as subversivas e ímpias teorias maçônicas, que importam vergonhosa apostasia dos arraiais da Igreja de Jesus Cristo...”

E o bispo conclui com essa afirmação:

“Ora sendo assim, poderíamos, guiados pela bússula da lógica, chegar desde já à seguinte ilação: a potente maçonaria, que segundo disse um chefe da maçonaria brasileira, governou, governa e há de governar o Brasil, cedo ou tarde, infligirá igual castigo aos demais jesuítas do Império, pois todos, sem exceção de um só, tem por divisa, **potius mori quam foedari**; e bem assim a todos os demais sacerdotes estrangeiros, seculares ou religiosos, que se conservarem fiéis aos seus deveres de católicos” (25).

Com razão o jornal do Rio, **A Nação**, publicara em data de 4 de dezembro de 1874:

“O Sr. D. Vital, que tem nos jesuítas os seus melhores amigos e conselheiros, deve estar satisfeito com a sua obra. Ela é digna de o recomendar à admiração do mundo e às bênçãos de sua pátria.”

4. Atuação dos jesuítas em outras províncias do Brasil

A presença dos jesuítas nas dioceses de Porto Alegre, São Paulo e Pernambuco foi sem dúvida muito significativa como colaboração com o movimento dos bispos reformadores. Os jesuítas estiveram também presentes em outras regiões do Brasil. Trabalharam em Santa Catarina, embora ainda não fosse diocese quando lá se instalaram no período imperial. Já nos últimos anos do período imperial se fixaram na diocese do Rio de Janeiro, e por um curto período também na diocese de Goiás. E finalmente, já nos primeiros anos da república, fun-

daram uma comunidade religiosa em Minas Gerais.

Os jesuítas em Santa Catarina

Em Florianópolis, antiga ilha do Desterro, os Padres Lazaristas haviam fundado um internato no antigo Hospital do ermitão Joaquim do Livramento. Com a saída dos Padres de São Vicente de Paulo, lá se instalaram os jesuítas, fundando o Colégio do Santíssimo Salvador. Já em 1865 funcionava o Colégio do Desterro.

Nesse colégio estudou Eduardo Duarte Silva, que, sob a orientação do seu mestre Padre Ângelo Sabbatini, jesuíta, viajou em 1868 para Roma afim. de concluir os estudos eclesiásticos. D. Eduardo Duarte Silva foi o sucessor de D. Cláudio Ponce de Leon na diocese de Goiás, destacando-se pelo seu espírito rígido de bispo reformador.

Os jesuítas no Rio de Janeiro

Ainda na época imperial, os jesuítas estabeleceram-se na cidade de Nova Friburgo. Nova Friburgo pertencia então ao bispado do Rio de Janeiro, à frente do qual estava o bispo D. Pedro Maria de Lacerda. O prelado implantara na diocese a reforma tridentina com a colaboração dos Padres da Missão, que haviam assumido a direção do seminário. A partir de 1883, a convite do bispo, se tinham estabelecido em Niterói os salesianos.

Três anos depois os jesuítas se instalavam em outra região da diocese, fundando o Colégio Anchieta.

“O Colégio Anchieta, escreve o Padre Macedo, pelos seus bens firmados créditos, nobre rival do de Itu, assentou seus fundamentos desde 10 de dezembro de 1886 nos alcantis de Nova Friburgo” (26).

Nova Friburgo tornou-se um dos pontos de referência do bispo D. Lacerda, que para lá se retirava com freqüência em busca de descanso e meditação, e ao mesmo tempo de incentivo em seu trabalho pastoral.

Os jesuítas em Goiás

A figura mais importante dos bispos reformadores da diocese de Goiás no período republicano foi D. Cláudio Ponce de Leon (27). Esse bispo trouxe para a diocese os Padres Dominicanos, e procurou também a colaboração dos jesuítas.

“No ano de 1888, escreve o Padre Macedo, o Exmo. Revmo. D. Cláudio José Conçalves Ponce de Leon, que presidia à Sé Goiana, obteve do Revmo. Padre Geral da Companhia estabelecer em sua diocese um posto destinado à catequese. Boa Vista de Tocantins, no Estado de Goiás, foi escolhida para núcleo de doutrina dos índios que demoram nas margens do Tocantins. Tendo entregado a alma a Deus em maio de 1891 no hospital do Recife o Padre Augusto Servanzi, um desses missionários, e faltando garantias para a prossecução da projetada missão, deu-se esta por extinta, retirando-se o outro missionário, Padre Rafael Tuveri, acompanhado do irmão coadjutor Panavicini” (28).

Durou portanto apenas três anos a permanência dos jesuítas em Goiás.

Os jesuítas em Minas Gerais

Em Minas Gerais os jesuítas se instalaram já nos primeiros anos do período republicano, estabelecendo uma casa de noviciado em Campanha, no sul de Minas, em 1894. A residência dos padres e o noviciado foram inaugurados pelo provincial dos jesuítas Padre José Mantero.

Discípulo de D. Viçoso, o bispo D. Silvério Pimenta apoiou plenamente a iniciativa. Na diocese de Mariana já trabalhavam desde muito os Padres da Missão, e D. Pimenta acabava, de conseguir também a colaboração dos Padres Redentoristas. Os jesuítas representavam mais uma força de religiosos na diocese.

“D. Silvério, escreve seu biógrafo, em cuja alma, talhada para tudo o que era da glória de Deus, cabiam quantas iniciativas favoreciam o progredir religioso, deu-se pressa em abençoar esses princípios e implorou a Deus fizesse que em breve possuísse a diocese grande número desses valentes obreiros do evangelho” (29).

Em sua pastoral de saudação como bispo diocesano, datada de 6 de junho de 1897, D. Silvério escrevia:

“Saúdo a terceira corporação com que Deus mimoseou nossa diocese, os filhos de Santo Inácio de Loiola, os quais puseram apenas o pé em nossa terra. Atraia esse princípio muitos outros companheiros, e renovem aqui os serviços que recebeu deles o Brasil em outros tempos” (30).

Conclusão

Neste estudo enfocamos em modo especial a volta e instalação dos jesuítas em diversas regiões do Brasil durante o século passado, salientando sua colaboração com o movimento dos bispos reformadores. Alguns pontos merecem ser destacados nesta conclusão.

1. Convém em primeiro lugar recordar a cronologia das fundações dos jesuítas no século XIX. Durante o período imperial os jesuítas estabeleceram-se, em primeiro lugar, no Rio Grande do Sul, em 1842; em seguida, no Desterro, em Santa Catarina, onde o colégio começou a funcionar em 1865; na cidade de Itu, em São Paulo, os jesuítas chegaram em fins de 1865, fundando o Colégio São Luís em 1867; em Recife os jesuítas se instalaram em 1866, sendo expulsos em 1873; em Nova Friburgo, província do Rio de Janeiro, fundaram o Colégio Anchieta em 1886. Já no fim do período imperial, em 1888, começaram uma missão em Goiás que se encerrou em 1891. Por fim em 1894, já na era republicana, fundaram uma comunidade em Minas Gerais.

2. Outro aspecto a ser notado é o da procedência dos jesuítas que vêm ao Brasil durante o século passado. No Rio Grande do Sul estabeleceram-se primeiramente jesuítas espanhóis; em seguida, vieram os jesuítas italianos e, por último, os jesuítas alemães. Em São Paulo, Rio de Janeiro e Recife predominaram os jesuítas italianos. Na realidade, a presença dos jesuítas espanhóis foi efêmera, predominando, ao invés, no

país os alemães e os italianos. Os jesuítas estabelecidos no Brasil ficaram dependendo de duas províncias européias. A região sul era considerada como missão da Província germânica, e a região centro leste como missão da Província Romana.

3. Como no período colonial, os jesuítas procuraram reencetar a atividade educativa através da fundação de colégios. No sul, fundaram-se dois colégios principais: o Colégio do SS. Salvador, no Desterro, em 1865 e o Colégio de São Leopoldo, inaugurado em 1870. No centro leste, tiveram renome desde a época imperial dois outros colégios: São Luís, em Itu, e Anchieta, em Nova Friburgo. O Colégio São Francisco Xavier do Recife teve vida efêmera.

4. Outra atividade destacada dos jesuítas nessa época foi a colaboração dada aos bispos reformadores, assumindo a direção ou o magistério nos seminários episcopais. Já D. Antônio Viçoso, bispo reformador de Mariana, apregoava que os seminários do Brasil deviam ser confiados aos religiosos, citando explicitamente entre eles os Padres da Missão e os Jesuítas. Escrevendo a 2 de julho de 1863 ao Ministro Marquês de Olinda afirmava:

“Vejo as boas intenções de V. Excia, mas minha experiência de 50 anos de seminários me tem ensinado que o grande meio de reforma do clero é a reforma dos seminários, entregando-os a comunidades dedicadas a esse emprego, como os lazaristas, jesuítas, etc., como

muito bem o entendeu o Sr. Ministro da Justiça no Relatório de 1857” (31).

No Rio Grande do Sul os jesuítas assumiram efetivamente a direção do seminário de Porto Alegre na época de D. Sebastião Laranjeira e de D. Cláudio Ponce de Leon. Em Pernambuco colaboraram como professores do seminário na época de D. Manuel de Medeiros. Foram também solicitados para assumir a direção do seminário episcopal de São Paulo na época de D. Antônio Joaquim de Melo, mas não puderam aceitar.

5. Os jesuítas colaboram não apenas na formação do novo clero através dos seminários, mas também na pregação de retiros espirituais destinados a reformar o clero antigo. Dos diversos retiros pregados nesse período lembramos o segundo retiro pregado ao clero do Pará em 1880. “Estiveram fazendo os exercícios 21 sacerdotes em companhia do Exmo. Ordinário. Foi pregador o Padre Aureli, da Companhia de Jesus” (32). O bispo era D. Macedo Costa, que em janeiro de 1873 havia promovido o primeiro retiro do clero na diocese. Outro retiro célebre foi o programado para o clero do Recife por Dom Cardoso Aires em 1869. Mas a programação teve que ser interrompida em vista das adversas condições político-religiosas da época.

6. Ao lado dos Padres da Missão e dos Capuchinhos, os Jesuítas destacaram-se também nessa época como pregadores de missões entre o povo. A esse respeito notava o Pe.

Fernando de Macedo: “Não se circunscribe porém o zelo dos padres da Missão Romana ao ensino ministrado nos colégios. Na volta do ano os missionários percorrem todo o sertão, catequisando os povos por ele disseminados, ministrando os sacramentos aos habitantes, na grande maioria pobres e analfabetos, e pregando retiros espirituais” (33). No tempo da questão religiosa, por exemplo, o Cônego Antônio José Pinheiro, vigário colado de Amparo, em São Paulo, chamou os jesuítas que aí pregaram quinze dias de missões (34). Também no sul os jesuítas dedicaram-se a essa atividade pastoral.

7. Relevo especial merece a atividade dos jesuítas na promoção da devoção do Coração de Jesus e do Apostolado da Oração, que se tornaram elementos importantes na implantação do movimento reformador.

“À Missão Romana, escreve o Pe. Macedo, reservou Deus o privilégio especial de a escolher para difundir a grande devoção ao Coração de Jesus neste abençoado solo do Brasil e de nele organizar o Apostolado da Oração, que tamanho bem produz em todos os pontos dele. O instrumento de que a providência se serviu foi o muito virtuoso Padre Bartolomeu Taddei, mandado ao Brasil pelo Revmo. Padre Geral, Pedro Beks, que lhe conhecia o alentado espírito. O Padre Taddei foi no Brasil o fundador do órgão do Apostolado, o bem redigido “Mensageiro do Coração de Jesus”, editado em Itu, o qual começou a estampar em junho de 1897” (35).

Também o Cônego Almeida afirmou a importância dos jesuítas na promoção da devoção ao Coração de Jesus. "Os jesuítas em Itu, escreve ele, desde 1865 deram-nos o mais insigne missionário Bartolomeu Taddei, de que há biografia, o Apóstolo do Coração de Jesus" (36).

8. Os jesuítas fixaram-se e atuaram em seis das doze dioceses existentes na época imperial: Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Olinda, Mariana e Goiás. Nas outras seis, Pará, Maranhão, Ceará, Bahia, Diamantina e Mato Grosso atuaram apenas em eventuais missões populares ou em pregações de retiros. Mas a influência maior se fez sentir através da associação do Apostolado da Oração e da devoção ao Coração de Jesus entre o povo.

9. O movimento dos bispos reformadores no século passado teve alguns aspectos muito importantes para a vida católica no Brasil, despertando o povo para a consciência de uma religião mais íntima e pessoal e para a vida sacramental mais intensa. Ao mesmo tempo houve a formação de um clero mais

consciente de seus deveres pastorais. Finalmente o movimento dos bispos reformadores representou o esforço da Igreja do Brasil para libertar-se do poder civil e da intromissão do Estado em assuntos eclesiásticos. Em todos esses aspectos os jesuítas deram uma colaboração muito eficaz.

10. Não obstante, a reforma católica no Brasil teve também suas limitações. Entre as principais podem ser indicadas as seguintes. Em primeiro lugar, a afirmação do clericalismo na Igreja do Brasil, levando o laicato católico à relativa marginalização. Em segundo lugar, uma excessiva europeização da Igreja do Brasil, provocando mesmo certa ruptura com nosso passado religioso e com nossa tradição cultural.

Colaborando com os bispos reformadores, os jesuítas mantinham também essa mentalidade característica da Igreja no século passado. Não obstante, isso não invalida a contribuição efetiva deixada por essa Ordem religiosa através de suas instituições, nem a reta intenção de que estavam imbuídos os seus membros, em seu zelo apostólico.

NOTAS

1. AZZI, RIOLANDO, **O movimento brasileiro de reforma católica no século XIX**, em REB, 34 (1974), 646-662. 2. AZZI, RIOLANDO, **Os religiosos e o movimento de reforma católica no Brasil no século XIX**, em Convergência, 1975, 301-317. 3. CAMARGO, Mons. Paulo Florêncio da Silveira, **História Eclesiástica do Brasil**, Petrópolis, 1955, 357. Esse pensamento já fora expresso por Júlio

Maria, **O catolicismo no Brasil**, Rio de Janeiro, 1950, 164-165. 4. AZZI, RIOLANDO, **Os capuchinhos e o movimento de reforma católica no século XIX**, em REB 35 (1975), 123-129. 5. MARIA, JÚLIO, **O catolicismo no Brasil**, Rio de Janeiro, 1950, 166. 6. JAEGER, Pe. Luís Gonzaga, **O clero na epopéia farroupilha**, Porto Alegre, 1946, 33-34. 7. MACEDO, Fernando, **O Brasil religioso**, Bahia, 1920, 56-57. 8. ROSOLI, Pe.

- Gianfausto, **O papel da Igreja entre os imigrados Italianos**, em REB 35 (1975), 880-892. 9. MACEDO, FERNANDO, **O Brasil religioso**, Bahia, 1920, 57, 10. Idem, nota 9. 11. AZZI, RIOLANDO, **Dom Antônio Joaquim de Melo, bispo de São Paulo (1851-1861) e o movimento de reforma católica no século XIX**, em REB 35 (1975) 902-922. 12. CAMARGO, Mons. Paulo Florêncio da Silveira, **A Igreja na história de São Paulo**, São Paulo, 1953, VII, 118-119. 13. MANTERO, Pe. José Maria, **Colégio São Luís, São Paulo**, 75.º aniversário, Itu, 1867 e São Paulo, 1942, 5-6. 14. CASTANHO, Luís de Almeida, **São Paulo, Filho da Igreja**, Petrópolis, 1957, 164. 15. Idem, nota 13. 16. AZZI, RIOLANDO, **Eremitas e Irmãos, uma forma de vida religiosa no Brasil antigo**, em Convergência 94 (1976) 370-383. 17. BARATA, Côn. José do Carmo, **Escola de Heróis**, Recife, 1926, 8384. 18. Idem, nota 17, páginas 84-85. 19. Annales de la Congregation de la Mission, Paris, 1875, XL, 622-632. 20. VICKELMAN, Teodoro, **Dom Francisco Cardoso Aires**, Recife, 1970, 19. 21. COSTA, Francisco Augusto Pereira, **Dicionário Biográfico de Pernambucanos Célebres**, Recife, 1882, 308-309. 22. MACEDO, FERNANDO, **O Brasil religioso**, Bahia, 1922, 57. 23. OLIVEIRA, Frei Félix, **Um grande brasileiro**, Recife, 1935, 182. 24. OLIVEIRA, Frei Vital, **Instrução pastoral sobre a Maçonaria e os Jesuítas**, Petrópolis, 1957, 122-123. 25. Idem, nota 24, páginas 181-182. 26. Idem, nota 22, página 58. 27. AZZI, RIOLANDO, **Os bispos religiosos durante a época imperial**, em Convergência 93 (1976) 242-245. 28. Idem, nota 22, página 59. SOUZA, Dom Joaquim Silvério, **Vida de Dom Silvério Gomes Pimenta**, São Paulo, 1927, 120. 30. Idem, nota 29, página 211. 31. PIMENTA, Pe. Silvério Gomes, **Vida de Dom Antônio F. Viçoso**, 2.ª ed., Niterói, 1892, 118. 32. LUSTOSA, Dom Antônio de Almeida, **Dom Macedo Costa**, Rio de Janeiro, 1939, 395. 33. Idem, nota 22, página 59. 34. Idem, nota 14, página 162. 35. Idem, nota 2, páginas 59-60. 36. Idem, nota 14, página 165.

LIVROS NOVOS

para Você ler

EDITORA VOZES

A FÉ DA IGREJA, Michael Schmaus. Tradução do original alemão **Der Glaube der Kirche** de Marçal Versiani. Editora Vozes, Petrópolis. Ano 1976. Páginas 198.

Este é o volume primeiro: Os Fundamentos. Logo após o título **A FÉ DA IGREJA**, na primeira capa, se lê: "Também a Igreja dirige seu olhar ao futuro. É mesmo um traço especial seu. Mas através de todas as esperanças terrenas de um futuro visa algo superior, um futuro absoluto".

Nesta obra, que terá seis volumes, o autor quer oferecer ao homem de hoje uma visão clara da Teologia cristã atual. Visando o leigo, mas também o sacerdote em atividade catequética e pastoral e o estudante de Teologia, prima pela

clareza e pelo estilo acessível, fazendo apelo sobretudo à sensibilidade, às imagens, às representações, a uma concepção do ser e a uma atmosfera de vida bem própria do nosso tempo. Quer apresentar a fé dentro do horizonte e da perspectiva ante os quais e em meio aos quais se acha situado o nosso tempo.

Neste sentido reduz ao essencial o argumento de tradição e as divisões da teologia clássica, sublinhando antes os seus aspectos sociais e pastorais, históricos, personalistas e existenciais, empenhado em que a fé não apareça como um retrocesso a algum longínquo passado, de cultura e estruturas sociais primitivas, mas como força e forma capaz de edificar o futuro. Uma meta que está certamente em harmonia com o espírito do Concílio Vaticano II e dos Papas João XXIII e Paulo VI.

Este primeiro volume trata da **Fundamentação da Teologia** onde se discutem os termos básicos, na História, na Tradição, na Igreja e no homem, sobre-

tudo. Estuda-se a Teologia como Palavra de Deus no mundo atual e para o homem de hoje; a possibilidade e a transcendência do diálogo entre Deus e o homem; as iniciativas tomadas por Deus por meio de ações e locuções históricas; a revelação na Igreja; o conceito, limites, método e função da Teologia Dogmática.

Trata-se, em poucas palavras, de um estudo crítico e histórico dos fundamentos, da validade e das possibilidades da própria Teologia Dogmática.

CONCILIUM/111 — 1976/1: Sociologia da Religião. A MULHER NA IGREJA. Editora Vozes, Petrópolis. Ano 1976. Páginas 128.

Este fascículo ocupa-se de história social. Examina as estruturas sociais e simbólicas que tradicionalmente exprimam o lugar da mulher da Igreja e mostra o progresso que lhe permitiu recuperar, para si, o sentido das promessas divinas. Como todos os autores são do sexo feminino é inevitável que sua leitura dos textos bíblicos e eclesiásticos bem como sua interpretação da história da Igreja sejam diferentes da leitura e interpretação feitas por estudiosos do sexo masculino. O que faz deste fascículo também um exercício de **sociologia do conhecimento**.

Embora os ensaios não tenham sido escritos dum ponto de vista meramente sociológico, elas mostram a estrutura latente da sociedade e os vários símbolos que a caracterizam. E neste sentido oferecem um indispensável preâmbulo científico ao estudo da mulher no assim chamado mundo cristão. Vemos

hoje em dia, em todas as partes, **mulheres sociólogas** formarem seus grupos particulares de estudos e pesquisa, visando **complementar** as tendências sociológicas dominantes por meio da perspectiva negligenciada a que elas, devido à sua posição histórica, mais do que os homens têm acesso.

Dal este fascículo — escrito por teólogas, historiadoras e sociólogas — ser recomendado não apenas aos teólogos e àqueles e àquelas que se interessam pelos problemas femininos em geral, mas também aos estudiosos de Ciências Sociais.

CONCILIUM/112 — 1976/2: Liturgia. O uso das Escrituras hindu, budista, muçulmana no culto cristão. Editora Vozes, Petrópolis. Ano 1976. Página 116.

Em várias regiões do Brasil, onde a Igreja se encontra diante de imigrantes, convertidos ou não, originários de culturas hindu, budista ou muçulmana, cedo ou tarde vai surgir o problema: qual a possibilidade de usar textos dessas religiões em orações e cânticos de assembleia? Qual a possibilidade de utilizar estes textos na liturgia da palavra, durante a missa? Independentemente destes aspectos imediatistas, problemas outros existem, relativos à revelação, à história comparativa das religiões, a atitudes ecumênicas, etc.

Este fascículo pretende oferecer uma informação científica justificada em face dos diversos problemas. Os diversos aspectos da questão são estudados tomando em conta as tendências que começam a surgir e aquilo que já foi feito. As formulações ou rumos possí-

veis são sempre acompanhados de sua fundamentação teológica e ilustrados por exemplos e proposta sugestivas. A intenção dos autores não é forçar soluções definitivas nem exercer pressão. Eles apenas querem apresentar uma introdução segura ao tema.

ENSINO PARA TRANSFERÊNCIA, Madeline Hunter. Tradução do original norte-americano **Teach for Transfer** de Nadja do Couto Valle. Editora Vozes, Petrópolis. Ano 1976. Páginas 116.

Quinto e último volume da **Coleção Teoria em Prática**. Os outros quatro, já publicados são: **ENSINE MAIS, MAIS DEPRESSA. TEORIA DO REFORÇO PARA PROFESSORES. TEORIA DA MOTIVAÇÃO PARA PROFESSORES. TEORIA DA RETENÇÃO PARA PROFESSORES.**

A autora Madeline Hunter é professora da Universidade da Califórnia em Los Angeles (UCLA), onde dirige a Escola de Demonstração. Desafiada a replicar as experiências ali realizadas em comunidade desfavorecidas sócio-economicamente, Madeline Hunter desenvolveu o Projeto Linkage, no qual procede ao treinamento em serviço de professores, cujos alunos vêm obtendo aumentos surpreendentes no rendimento escolar.

Madeline Hunter já prestou consultoria a mais de uma dezena de países e é autora de inúmeros trabalhos no campo educacional. Em 1974 esteve pela primeira vez no Brasil, a convite da Faculdade de Educação da Universidade do Rio de Janeiro, sob os aus-

pícios do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Pedagógicas — INEP.

ENSINO PARA TRANSFERÊNCIA, último volume da Série Teoria em Prática, descreve em linguagem simples e clara, os fatores importantes que operam para estimular a transferência de aprendizagem ou desestimulá-la, quando negativa. O método é o mesmo dos volumes anteriores e sua finalidade é ajudar na formação do indivíduo criador, responsável, auto-realizado e capaz de pensamento crítico, objeto de todos os esforços educacionais.

A MULHER NA SOCIEDADE DE CLASSES: MITO E REALIDADE, Heleieth Iara Bongiovani Saffioti. Editora Vozes, Petrópolis. Ano 1976. Página 384.

Este livro é uma sólida contribuição ao estudo da posição da mulher na sociedade. Rico em informações de ordem histórica, sociológica e antropológica, o livro abre debates, polemiza, destrói mitos, mas sobretudo afirma, descobre e aprofunda a realidade. Dividido em três partes principais, focaliza as relações da mulher e do capitalismo, a evolução da condição da mulher no Brasil, terminando com um ensaio sobre a mística feminina na era da ciência. "O principal mérito deste livro é, sem dúvida, o de aplicar escrupulosamente a mais difícil, a mais importante e a menos utilizada regra do método sociológico. Durkheim disse muito claramente: a explicação de um fenômeno social deve ser buscada em outro fenômeno social e não em fenômenos de outra natureza", J. Labbens, na apresentação da primeira edição.

A BEM-AVENTURANÇA DA PERSEGUIÇÃO, Ivo Lesbaupin. Editora Vozes, Petrópolis. Ano 1975. Páginas 104.

A vida dos cristãos no império romano, é o subtítulo do livro, comovente, realista, profundamente humano. Num primeiro bloco Frei Ivo aborda a história da Igreja primitiva sob o prisma da perseguição por parte do império romano: "Não nos propusemos cuidar das inúmeras querelas teológicas, nem das heresias, nem tampouco dos Concílios. Preocupamo-nos sobretudo com as causas das perseguições e sua repercussão na vida da Igreja, a resistência dos cristãos e a teologia elaborada por eles para responder aos problemas concretos levantados pelos acontecimentos".

Num segundo bloco, o livro propõe uma releitura do Apocalipse como deve ser lido nos dias de hoje, pelo homem do mundo atual em que vivemos: "A Igreja vivia num período de insegurança. Havia prisões e mortes, comunidades perdiam seus chefes, a angústia e o sofrimento eram grandes. Inevitável que houvesse um desconcerto, que os fiéis se perguntassem pelo seu futuro, que em alguns a fé se encontrasse abalada, que o choque do presente obscurecesse a esperança (...). O Apocalipse quer responder a esta problemática, abrir os horizontes, confirmar a fé, dar motivos seguros de esperança".

A REVOLUÇÃO DA PALAVRA, origens e estrutura da literatura brasileira moderna, Sílvio Castro. Editora Vozes, Petrópolis. Ano 1976. Páginas 280.

Obra de pesquisa literária histórico-crítica em torno da literatura brasileira moderna. O autor procede com método

de análise histórica enfocando a evolução dos movimentos literários e formas poéticas, a partir do fim do século XIX até a atualidade, através do estudo e citação das figuras e poemas mais representativos do período. Situa assim "o presente quadro histórico e crítico da expressão literária do Brasil contemporâneo" como uma história complementar da literatura brasileira. São particularmente sublinhadas as "recorências" e "componentes literários" que se sucederam aos períodos romântico e parnasiano e às respectivas formas poéticas, fossilizadas num péssimo gosto literário formalista, através do irromper do movimento simbolista, "consequência da revolução poética de Cruz de Souza", que realiza a primeira ruptura no ambiente literário brasileiro.

Em 23 capítulos compactos, são analisados criticamente os fatores determinantes "deste conflito estético", consignados pelas "primeiras figuras emancipadas em relação às formas tradicionais: Euclides da Cunha, Graça Aranha, Augusto dos Anjos, primeiras ilhas da modernidade nascente", e demais autores brasileiros que constituem o rico cenário da Vanguarda literária brasileira. O presente trabalho, de notável riqueza, pela séria capacidade de leitura crítico-estética, pelo método e clareza de exposição narrativa, situa-se em nível de texto-modelo para semelhantes pesquisas na área.

VOCAÇÃO FRANCISCANA, Frei Lázaro Iriarte, OFM Cap. Tradução do original espanhol **Vocación Franciscana** de José Carlos Correia Pedrosa. Editora Vozes, Petrópolis. Ano 1976. Páginas 216.

Um princípio fundamental da vida religiosa é a fidelidade ao espírito do Fundador, à sua intenção evangélica, ao exemplo de sua santidade. É afirmação da **Evangelica Testificatio**, número 11. Este tema inesgotável e atraente da espiritualidade franciscana torna-se hoje imprescindível no processo de revisão e averiguação pós-conciliar. Atento aos sinais dos tempos, o autor, sensível estudioso da história e da espiritualidade franciscana, oferece reflexões estimulantes, fruto maduro de uma série de pesquisas científicas e de experiências de vida. O livro é uma evocação fascinante e viva do espírito de Francisco de Assis e das origens franciscanas, capaz de reanimar e confirmar a firme intenção de todos que seguem o caminho da vocação franciscana.

Nesta mesma perspectiva **O ESPELHO DA PERFEIÇÃO**, tradução do original *Speculum Perfectionis* de Frei José Jerônimo Leite, OFM, Editora Vozes, Petrópolis. Ano 1976. Páginas 124. Este opúsculo foi solicitado, pelo Capítulo de 1276, aos religiosos, num esforço de recolher tudo o que era digno de ser conservado sobre a personalidade de São Francisco de Assis. Reflete a preocupação de grande número de frades de então pela interpretação espiritual e ascética de seus ensinamentos.

AINDA DA EDITORA VOZES, PETRÓPOLIS: **Volante de uma vida**, Pe. Lourenço Roberge, Ano 1975. Páginas 168. Guia para a realização pessoal do adolescente. Ressalta os valores da juventude, dinamiza a vontade de conhecer,

indica maneira de resolver problemas da vida, programa para o futuro. **Histórias em Quadrinhos**, Zilda Augusta Anselmo. Ano 1975. Páginas 180. O livro procura despertar o interesse dos estudiosos para o estudo das Histórias em Quadrinhos, importante meio de comunicação de massa, uma escola paralela na formação dos jovens de nossos dias. **Vanguarda: um projeto semiológico**, Moacyr Cirne. Ano 1975. Páginas 144. Discute a problemática da vanguarda literária brasileira, da poesia concreta ao poema/processo e às produções atuais, a partir dos postulados teóricos de Louis Althusser, Pierre Macherey e Alain Badiou.

EDIÇÕES LOYOLA

A ESPERANÇA DA JUVENTUDE É A ESPERANÇA DA IGREJA? Vários Autores. Edições Loyola. Ano 1976. Página 128.

Assistimos nos últimos anos a aparição de numerosas comunidades de jovens, espalhadas por todos os cantos do Brasil. Nestas comunidades, os jovens têm oportunidade de se encontrar a si próprios e de encontrar outros jovens com o objetivo principal de aprofundar na fé e de auxiliar-se na vivência do evangelho. Juntos vão assumindo também as responsabilidades evangelizadoras da Igreja, precisando cada dia mais de elementos para enriquecer a sua fé e para melhor responder às necessidades apostólicas.

Com a intenção de ajudar a juventude neste duplo sentido, um grupo de jovens padres jesuítas; sentindo, no contato com a juventude, o apelo dos próprios jovens, elaboraram esta série de reflexões que têm por base o documento conciliar **A IGREJA NO MUNDO ATUAL**. Cada capítulo está acompanhado de um questionário que ajudará ao maior aprofundamento particular ou em grupo.

A pergunta, título do livro, não é uma pergunta que se possa fazer no passado. Do passado só uma coisa consta: Deus foi sempre fiel. Nem sequer é uma pergunta que se possa fazer no presente. Porque é sobre a esperança, só poderá ser respondida no futuro, e o futuro só pertence a Deus. A sua graça é que nos obriga a dizer sim ao futuro que nos espera, embora devamos confessar o **AINDA NÃO** de um presente cheio de pobreza.

O DEUS DA ESPERANÇA, Ladislaus Boros. Tradução do original alemão **'Gott, Welt, Brüder** de Jesus Hortal. Edições Loyola. Ano 1976. Página 72.

O livro reúne duas reflexões: "As grandes correntes da filosofia contemporânea" e "Deus para os homens". A ausência de Deus, o triunfo das aparências, a experiência do irmão, a inclinação para o mundo, para o homem, para o irmão, são os subtítulos que orientam a reflexão da primeira parte.

Regenerados para uma viva esperança, dinâmica de criação, força da ressurreição, testemunho do céu e a frase de Paulo aos romanos: "o Deus da esperança vos dê a plenitude de todo

gozo e de toda a paz na fé, para que abundeis na esperança e na virtude do Espírito Santo", são os pontos sobre que incide a reflexão da segunda parte.

Como sempre, temos um autor profundo, humano, esperançoso, que nos abre um caminho cada vez mais luminoso na nossa frente, embora o nosso caminhar na hora presente tenha que ser envolvido na escuridão. O título **O DEUS DA ESPERANÇA** está a indicar que um caminhar no qual Deus não está no princípio, no meio e no fim, é um melancólico caminhar.

O ESPÍRITO E A MULHER, André Manaranche. Tradução do original francês **L'Esprit et la femme** de Pe. Ruffier. Edições Loyola. São Paulo. Ano 1976. Páginas 160.

O Espírito, o de Jesus, não cessará de encontrar, por todos os meios, até mesmo um tanto extravagantes, todos estes interditos filosóficos que tolhem à Verdade tomar Corpo. Quanto à mulher, ela convence o ateísmo de falta de audácia, demonstrando-lhe silenciosamente que suas impiedades mais prometeicas jamais ousaram encarar a grande maravilha: ter a criatura sido capaz de gerar seu próprio Deus.

A criatividade da Igreja supõe que nós deixamos o Amor levar a cabo as suas incoerências. Ela deve abandonar-se a este sopro, caso contrário, jamais terá fôlego algum. Querer planificar a Deus é contestar-lhe o direito de fazer e manter uma promessa sempre desconcertante. De fato, as suas intervenções correspondem, por uma parte, a nossos pressentimentos, senão, como identificá-las? Mas elas alteram as nos-

sas esperanças esclerosadas, impondo-lhes uma feliz novidade que as impede de atolar na rotina.

Tanto é verdade que as previsões burocráticas não têm outra utilidade fora propiciar e escolher o imprevisível. Tanto na pastoral como na dogmática, impõe-se estupor, aquele de Pedro que exclamava, após o furacão do Espírito: "Quem era eu para tolher Deus de agir" Atos 11, 17. Outra coisa não nos diz Maria: "A Deus, nada é impossível" Lucas 1, 37.

RENOVAÇÃO CARISMÁTICA. Recebemos de Edições Loyola: 1. **Batizados no Espírito Santo**, Stephen B. Clark. Ano 1976. Páginas 78. 2. **Os Dons Espirituais**, Stephen B. Clark. Ano 1976. Páginas 40. 3. **O Dom das Línguas**, T. Forrest, D. Gavrilides, D. J. Guartas. Ano 1976. Página 110. 4. **A Experiência de Pentecostes**, C. Aldunate, Cardeal Suenens, D. Silvestre Scandian, D. J. McKinney, F. McNutt. Ano 1976. Páginas 120. 5. **A Vida Carismática**, vários

autores. Ano 1976. Páginas 78. 6. **O Dom de Curar**, vários autores. Ano 1976. Páginas 72. Estes livros pertencem à Coleção O Novo Pentecostes. Um Novo derramamento do Espírito Santo está acontecendo na Igreja. Jesus está libertando o Espírito Santo em muitos, como ele prometeu. Muitos estão renascendo de novo pelo Espírito Santo. A coleção certamente irá responder ao desejo de muitos de participar desta experiência de Pentecostes. Animará também a outros a desejarem esta experiência e a se integrarem na comunidade e no ministério carismático.

Ainda das Edições Loyola: 1. **O Poder do Louvor**, Merlin Carothers. Tradução do original norte-americano: **Power in Praise** de Emma Anders de Souza Lima. Ano 1976. Páginas 170. 2. **Louvor que Liberta**, Merlin Carothers. Tradução do original norte-americano: **Prison to Praise** de Myrian Talitha Lins. Ano 1976. Página 76. 3. **O Desporto**, Antônio Alves de Campos. Ano 1976. Páginas 88. 4. **Divórcio ou Ministério da Família?**, Mário Goulart Reis. Ano 1976. Páginas 72.



Centro
Teológico
de estudos
e espiritualidade
para a vida
religiosa

CETESP-4

PARTICIPANTES

Cetesp-1	50
Cetesp-2	51
Cetesp-3	51

RELIGIOSOS

Cetesp-1	6
Cetesp-2	12
Cetesp-3	0

RELIGIOSAS

Cetesp-1	44
Cetesp-2	39
Cetesp-3	42

ESTADOS

Cetesp-1	11
Cetesp-2	14
Cetesp-3	12

INÍCIO

2 de março de 1977

TÉRMINO

26 de junho de 1977

INSCRIÇÕES

Até 29 de novembro de 1976

VAGAS

Cinquenta

CONGREGAÇÕES MASCULINAS

Cetesp-1	6
Cetesp-2	9
Cetesp-3	9

CONGREGAÇÕES FEMININAS

Cetesp-1	32
Cetesp-2	29
Cetesp-3	29

CETESP iniciativa
e serviço da
CRB-NACIONAL